

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	71
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	73
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	74
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	503.735.259
Preferenciais	1.007.470.260
Total	1.511.205.519
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	14.325.353	13.190.858
1.01	Ativo Circulante	2.105.882	1.756.277
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.070.842	874.323
1.01.01.01	Caixas e Bancos	38.105	5.127
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	1.032.737	869.196
1.01.03	Contas a Receber	919.472	779.404
1.01.03.01	Clientes	919.472	779.404
1.01.04	Estoques	52.461	53.857
1.01.06	Tributos a Recuperar	102	6.810
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	102	6.810
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	63.005	41.883
1.01.08.03	Outros	63.005	41.883
1.01.08.03.01	Depósitos Vinculados	14.191	4.661
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	11.456	9.476
1.01.08.03.03	Outras Contas a Receber	37.358	27.746
1.02	Ativo Não Circulante	12.219.471	11.434.581
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.671.387	3.224.909
1.02.01.04	Contas a Receber	41.847	20.199
1.02.01.04.01	Clientes	41.847	20.199
1.02.01.07	Tributos Diferidos	681.863	656.495
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	681.863	656.495
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.947.677	2.548.215
1.02.01.10.03	Depósitos Vinculados	58.209	56.953
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	381.134	320.475
1.02.01.10.07	Ativos Financeiros Contratuais	576.198	490.082
1.02.01.10.08	Ativo de Contrato	1.887.640	1.634.802
1.02.01.10.09	Outros Créditos	44.496	45.903
1.02.02	Investimentos	3.031	2.352
1.02.02.01	Participações Societárias	3.031	2.352
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	3.031	2.352
1.02.03	Imobilizado	290.385	286.007
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	216.543	224.351
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	73.842	61.656
1.02.04	Intangível	8.254.668	7.921.313
1.02.04.01	Intangíveis	8.254.668	7.921.313
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	8.071.474	7.734.663
1.02.04.01.02	Direito de Uso em Arrendamento	183.194	186.650

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	14.325.353	13.190.858
2.01	Passivo Circulante	1.358.276	1.448.859
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	86.483	181.369
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	86.483	181.369
2.01.02	Fornecedores	259.493	209.428
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	259.493	209.428
2.01.03	Obrigações Fiscais	95.215	72.691
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	92.255	70.190
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	51.033	0
2.01.03.01.02	Demais Tributos Federais	41.222	70.190
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.960	2.501
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	416.376	521.505
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	233.968	275.978
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	233.929	275.978
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	39	0
2.01.04.02	Debêntures	108.207	191.146
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	74.201	54.381
2.01.05	Outras Obrigações	244.104	298.226
2.01.05.02	Outros	244.104	298.226
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	136.329	206.236
2.01.05.02.05	Cauções e Retenções Contratuais	2.266	2.307
2.01.05.02.07	Receitas a Apropriar	1.750	4.200
2.01.05.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	10.476	8.184
2.01.05.02.09	Outras Contas a Pagar	93.283	77.299
2.01.06	Provisões	256.605	165.640
2.01.06.02	Outras Provisões	256.605	165.640
2.01.06.02.04	Provisões para Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	81.034	78.090
2.01.06.02.05	Provisões Trabalhistas	175.571	87.550
2.02	Passivo Não Circulante	5.389.433	4.798.836
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.642.656	3.126.083
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.472.833	1.450.794
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.462.203	1.442.160
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	10.630	8.634
2.02.01.02	Debêntures	1.844.849	1.371.619
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	324.974	303.670
2.02.02	Outras Obrigações	10.710	34.814
2.02.02.02	Outros	10.710	34.814
2.02.02.02.04	Empreiteiros e Fornecedores	2.829	4.392
2.02.02.02.05	Impostos e Contribuições	0	105
2.02.02.02.09	Receitas a Apropriar	0	700
2.02.02.02.11	Outras Contas a Pagar	7.881	29.617
2.02.04	Provisões	1.736.067	1.637.939
2.02.04.02	Outras Provisões	1.736.067	1.637.939
2.02.04.02.04	Provisões para Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	1.134.469	1.093.262
2.02.04.02.05	Provisões	601.598	544.677

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.03	Patrimônio Líquido	7.577.644	6.943.163
2.03.01	Capital Social Realizado	3.996.137	3.996.137
2.03.01.01	Capital Social Integralizado	3.996.137	3.996.137
2.03.03	Reservas de Reavaliação	60.391	64.292
2.03.03.01	Ativos Próprio	60.391	64.292
2.03.04	Reservas de Lucros	2.793.497	2.853.580
2.03.04.01	Reserva Legal	49.757	49.757
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	11.539	11.539
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	60.083
2.03.04.10	Plano de Investimentos	2.732.201	2.732.201
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	698.619	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.514	4.668
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	24.486	24.486

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.321.360	3.821.225	1.166.691	3.562.866
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-517.480	-1.497.635	-503.668	-1.444.892
3.03	Resultado Bruto	803.880	2.323.590	663.023	2.117.974
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-312.554	-919.661	-362.366	-1.000.615
3.04.01	Despesas com Vendas	-113.044	-313.082	-124.691	-321.766
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-150.892	-435.250	-217.998	-543.422
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-47.525	-168.991	-19.725	-133.426
3.04.05.01	Provisão para Contingências	-7.826	-56.921	-889	-6.373
3.04.05.02	Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	-14.718	-44.151	-16.707	-50.121
3.04.05.03	Programa de Participação nos Resultados	-18.847	-59.618	-3.783	-42.545
3.04.05.04	Outras Despesas (Receitas) Operacionais	-6.134	-8.301	1.654	-34.387
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.093	-2.338	48	-2.001
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	491.326	1.403.929	300.657	1.117.359
3.06	Resultado Financeiro	-93.260	-208.579	-57.422	-141.949
3.06.01	Receitas Financeiras	25.559	66.219	13.644	44.290
3.06.02	Despesas Financeiras	-118.819	-274.798	-71.066	-186.239
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	398.066	1.195.350	243.235	975.410
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-130.725	-349.702	-78.655	-270.419
3.08.01	Corrente	-159.828	-375.070	-126.412	-334.814
3.08.02	Diferido	29.103	25.368	47.757	64.395
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	267.341	845.648	164.580	704.991
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	267.341	845.648	164.580	704.991
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	0,18243	0,57707	0,11231	0,48109
3.99.01.02	ON	0,16585	0,52461	0,1021	0,43735
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	PN	0,18243	0,57707	0,11231	0,48109

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.99.02.02	ON	0,16585	0,52461	0,1021	0,43735

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	267.341	845.648	164.580	704.991
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.323	-4.055	-1.312	-4.161
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	-1.925	-5.911	-1.924	-5.968
4.02.02	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	655	2.010	654	2.029
4.02.03	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-80	-233	-63	-336
4.02.04	Tributos sobre Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	27	79	21	114
4.03	Resultado Abrangente do Período	266.018	841.593	163.268	700.830

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.314.953	1.324.869
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.570.720	1.215.228
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	845.648	704.991
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	292.822	267.870
6.01.01.03	Custos das Baixas do Imobilizado e Intangível	11.143	7.473
6.01.01.04	Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos	-2.752	-1.933
6.01.01.06	Ajuste a Valor Presente - Ativos Financeiros	-16.341	-1.953
6.01.01.07	Provisão para Perdas na Realização de Créditos	74.721	56.282
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, líquido	-25.368	-64.395
6.01.01.09	Provisão para Contingências	56.921	6.373
6.01.01.10	Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	44.151	50.121
6.01.01.11	Juros sobre Financiamentos	171.422	146.504
6.01.01.12	Variações Monetárias sobre Financiamentos	60.338	6.749
6.01.01.13	Juros e Atualizações Monetárias Arrendamentos	52.008	33.273
6.01.01.14	Variações Cambiais, líquidas	-184	1.471
6.01.01.15	Variações Instrumentos Financeiros Derivativos	392	-1.432
6.01.01.16	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.338	2.001
6.01.01.17	Apropriação de Custos na Captação de Recursos de Terceiros	3.144	1.460
6.01.01.18	Ajuste a Valor Justo - Investimentos	317	373
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-255.767	109.641
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-236.437	-554
6.01.02.02	Impostos e Contribuições a Recuperar	6.708	-6.092
6.01.02.03	Estoques	1.396	-2.530
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-60.659	-5.819
6.01.02.05	Outros Créditos e Contas a Receber	-8.205	-9.307
6.01.02.06	Empreiteiros e Fornecedores	48.502	-21.955
6.01.02.07	Contratos de Concessão	0	-31.414
6.01.02.08	Impostos e Contribuições	323.298	338.212
6.01.02.09	Salários e Encargos a Pagar	-6.865	174.238
6.01.02.10	Cauções e Retenções Contratuais	-41	-48
6.01.02.11	Receitas a Apropriar	-3.150	-3.150
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-314.483	-309.092
6.01.02.13	Outras Contas a Pagar	-5.831	-12.848
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-919.328	-706.499
6.02.01	Aplicação no Imobilizado e Intangível	-918.332	-705.406
6.02.02	Aplicação no Investimento	-996	-1.093
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-199.106	70.952
6.03.01	Financiamentos Obtidos	703.004	762.073
6.03.02	Amortizações de Financiamentos	-386.261	-170.167
6.03.03	Pagamentos de Juros sobre Financiamentos	-168.628	-143.084
6.03.04	Pagamentos de Arrendamentos	-56.449	-58.760
6.03.05	Custo na Captação de Recursos de Terceiros	-12.515	-12.443
6.03.06	Depósitos Vinculados	-10.786	-3.184
6.03.07	Pagamentos de Juros sobre Capital Próprio	-267.471	-303.483
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	196.519	689.322

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	874.323	274.059
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.070.842	963.381

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.996.137	0	2.853.580	0	93.446	6.943.163
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.996.137	0	2.853.580	0	93.446	6.943.163
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-60.083	-151.084	0	-211.167
5.04.06	Dividendos	0	0	-60.083	0	0	-60.083
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-151.084	0	-151.084
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	849.703	-4.055	845.648
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	845.648	0	845.648
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	4.055	-4.055	0
5.05.02.06	Realização da Reservas de Reavaliação	0	0	0	5.911	-5.911	0
5.05.02.07	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-2.010	2.010	0
5.05.02.08	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	233	-233	0
5.05.02.09	Tributos sobre a Realização do ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	-79	79	0
5.07	Saldos Finais	3.996.137	0	2.793.497	698.619	89.391	7.577.644

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.851.089	0	3.306.767	0	16.058	6.173.914
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.851.089	0	3.306.767	0	16.058	6.173.914
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.145.048	0	-1.218.980	-150.687	0	-224.619
5.04.01	Aumentos de Capital	1.145.048	0	-1.145.048	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-73.932	0	0	-73.932
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-150.687	0	-150.687
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	709.152	-4.161	704.991
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	704.991	0	704.991
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	4.161	-4.161	0
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	5.968	-5.968	0
5.05.02.07	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-2.029	2.029	0
5.05.02.08	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	336	-336	0
5.05.02.09	Tributos sobre a Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	-114	114	0
5.07	Saldos Finais	3.996.137	0	2.087.787	558.465	11.897	6.654.286

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	4.026.687	3.739.948
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.109.709	3.830.617
7.01.02	Outras Receitas	-8.301	-34.387
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-74.721	-56.282
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.163.338	-1.079.335
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-450.286	-446.136
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-639.214	-579.328
7.02.04	Outros	-73.838	-53.871
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.863.349	2.660.613
7.04	Retenções	-292.822	-267.870
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-292.822	-267.870
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.570.527	2.392.743
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	63.881	42.289
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.338	-2.001
7.06.02	Receitas Financeiras	66.219	44.290
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.634.408	2.435.032
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.634.408	2.435.032
7.08.01	Pessoal	742.853	870.873
7.08.01.01	Remuneração Direta	483.980	490.064
7.08.01.02	Benefícios	225.990	346.210
7.08.01.03	F.G.T.S.	32.883	34.599
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	767.308	669.827
7.08.02.01	Federais	763.936	666.958
7.08.02.02	Estaduais	324	424
7.08.02.03	Municipais	3.048	2.445
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	278.599	189.341
7.08.03.01	Juros	274.798	186.239
7.08.03.02	Aluguéis	3.801	3.102
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	845.648	704.991
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	151.084	150.687
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	694.564	554.304

Comentário do Desempenho

1. DADOS OPERACIONAIS

1.1 MERCADO

A seguir apresentamos os contratos em % da Receita Total da Companhia, em 30 de setembro de 2021:

Contratos (% da Receita Total)*					Índice de Cobertura		Economias Ativas Totais (em milhares)	
Municípios	% Receita total	Período Remanescente de concessão	Tipo de Contrato	Tipo de Concessão	Água	Coleta de Esgoto	Água	Coleta de Esgoto
Curitiba	21,5%	26,8 anos	Programa	Água e Esgoto	100%	97,4%	830,1	808,6
Londrina	7,4%	24,8 anos	Programa	Água e Esgoto	100%	96,1%	257,3	244,3
Maringá	5,4%	18,9 anos	Concessão	Água e Esgoto	100%	100,0%	169,6	188,9
Ponta Grossa	3,7%	4,5 anos	Concessão	Água e Esgoto	100%	91,3%	153,1	138,4
Cascavel	3,6%	3,2 anos	Concessão	Água e Esgoto	100%	100,0%	131,3	138,1
Foz do Iguaçu	3,4%	22,4 anos	Programa	Água e Esgoto	100%	79,5%	118,5	95,5
São José dos Pinhais	2,8%	22,3 anos	Programa	Água e Esgoto	100%	77,4%	119,1	93,3
Colombo	1,8%	26,6 anos	Programa	Água e Esgoto	100%	67,0%	86,9	59,3
Guarapuava	1,7%	21,1 anos	Programa	Água e Esgoto	100%	85,2%	68,4	56,9
Toledo	1,5%	3,9 anos	Concessão	Água e Esgoto	100%	82,6%	61,3	49,1
Demais Municípios	47,2%						2.154,3	1.315,8
Totais					100,0%	77,4%	4.149,9	3.188,2

Contratos Concessão/Programa ¹	Quantidade de Contratos ¹	Ativo Intangível + Ativo de Contrato + Ativo Financeiro (em R\$ milhões) ^{1 2}	% da Receita Total ¹
Vencidos	12	372,4	4,1
Vencimento em 2021	2	9,3	0,1
Vencimento entre 2022 e 2030	51	1.407,0	12,1
Vencimento após 2030	281	8.690,4	83,7
Totais	346	10.479,1	100,0

¹ Informação não revisada pelos auditores independentes;

² Valor Contábil.

O índice de atendimento com água tratada é de 100% e o índice de atendimento com rede coletora de esgoto – IARCE Urbano é de 77,4%, sendo tratado 100% do esgoto coletado, conforme Sistema de Informações da Companhia.

O faturamento é oriundo principalmente das ligações de água do tipo residencial, que representam 90,9% do total de ligações de água existentes em 30 de setembro de 2021.

Comentário do Desempenho

O número de ligações de água em setembro de 2021 é 2,5% superior ao número de ligações existentes em setembro de 2020, representando um incremento de 82.526 ligações de água, conforme demonstrado a seguir:

Número de Ligações de Água*	SET/21 (1)	%	SET/20 (2)	%	Var. % (1/2)
Residencial	3.027.780	90,9	2.953.141	90,9	2,5
Comercial	238.275	7,2	231.227	7,1	3,0
Industrial	13.510	0,4	13.154	0,4	2,7
Utilidade Pública	23.951	0,7	23.717	0,7	1,0
Poder Público	26.882	0,8	26.633	0,9	0,9
Totais	3.330.398	100,0	3.247.872	100,0	2,5

* Informação não revisada pelos auditores independentes.

O número de ligações de esgoto em setembro de 2021 é 3,6% superior ao número de ligações existentes em setembro de 2020, representando acréscimo de 82.996 novas ligações de esgoto, conforme demonstrado a seguir:

Número de Ligações de Esgoto*	SET/21 (1)	%	SET/20 (2)	%	Var. % (1/2)
Residencial	2.136.650	90,5	2.061.429	90,5	3,6
Comercial	188.352	8,0	181.787	8,0	3,6
Industrial	6.065	0,3	5.519	0,2	9,9
Utilidade Pública	15.622	0,7	15.272	0,7	2,3
Poder Público	14.765	0,5	14.451	0,6	2,2
Totais	2.361.454	100,0	2.278.458	100,0	3,6

* Informação não revisada pelos auditores independentes.

1.2 PRODUTIVIDADE

No 3T21, o volume medido de água tratada foi de 121,7 milhões de m³ contra 121,2 milhões de m³ no 3T20, representando um aumento de 0,4%, conforme demonstrado a seguir:

Volume Medido de Água - milhões de m ³ *	3T21 (1)	3T20 (2)	Var. % (1/2)	9M21 (3)	9M20 (4)	Var. % (3/4)
Residencial	104,0	106,0	-1,9	320,0	326,2	-1,9
Comercial	9,2	8,3	10,8	26,9	26,9	0,0
Industrial	3,6	2,5	44,0	10,3	8,0	28,8
Utilidade Pública	1,2	1,1	9,1	3,3	3,4	-2,9
Poder Público	3,7	3,3	12,1	10,5	11,5	-8,7
Totais	121,7	121,2	0,4	371,0	376,0	-1,3

* Informação não revisada pelos auditores independentes.

Comentário do Desempenho

No 3T21 o volume faturado de água tratada foi de 127,9 milhões de m³, contra 127,6 milhões de m³ no 3T20, representando um aumento de 0,2%, conforme demonstrado a seguir:

Volume Faturado de Água - milhões de m ³ *	3T21 (1)	3T20 (2)	Var. % (1/2)	9M21 (3)	9M20 (4)	Var. % (3/4)
Residencial	109,4	110,9	-1,4	334,5	339,4	-1,4
Comercial	10,1	9,3	8,6	29,6	29,6	0,0
Industrial	3,6	3,2	12,5	10,6	9,6	10,4
Utilidade Pública	1,0	0,8	25,0	2,8	2,8	0,0
Poder Público	3,8	3,4	11,8	10,8	11,8	-8,5
Totais	127,9	127,6	0,2	388,3	393,2	-1,2

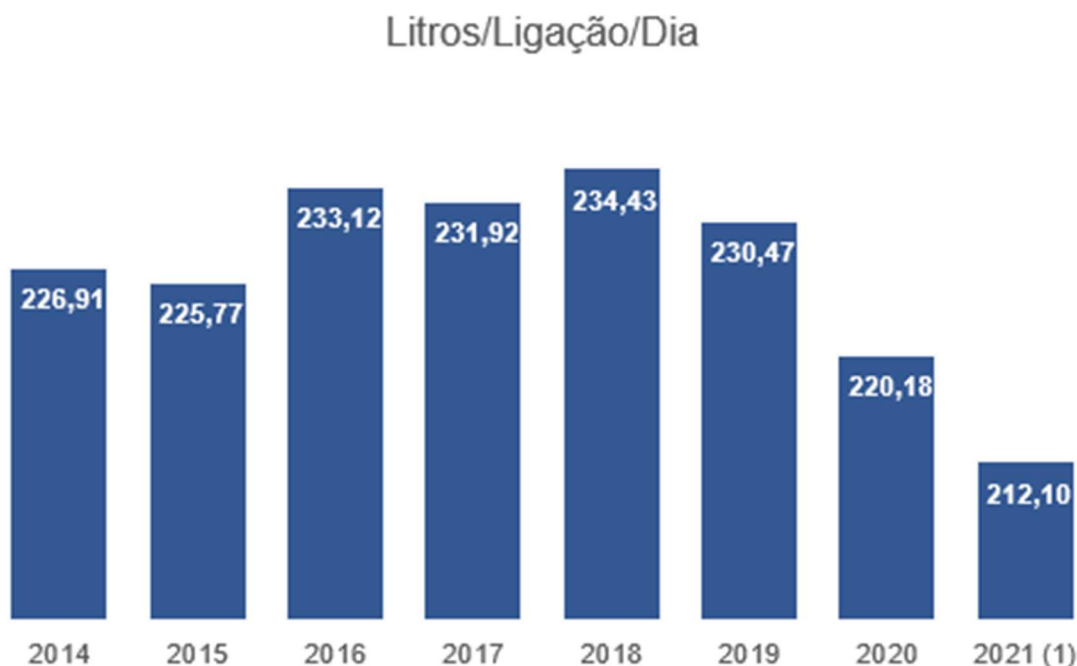
* Informação não revisada pelos auditores independentes.

O volume faturado de esgoto no 3T21 apresentou um aumento de 1,6% em comparação ao 3T20, conforme demonstrado a seguir:

Volume Faturado de Esgoto - milhões de m ³ *	3T21 (1)	3T20 (2)	Var. % (1/2)	9M21 (3)	9M20 (4)	Var. % (3/4)
Residencial	84,0	84,0	0,0	255,2	256,8	-0,6
Comercial	9,2	8,1	13,6	26,7	26,4	1,1
Industrial	0,8	0,8	0,0	2,4	2,2	9,1
Utilidade Pública	0,8	0,7	14,3	2,4	2,4	0,0
Poder Público	2,9	2,6	11,5	8,3	9,0	-7,8
Totais	97,7	96,2	1,6	295,0	296,8	-0,6

* Informação não revisada pelos auditores independentes.

DEMONSTRATIVO DO ÍNDICE DE PERDAS POR LIGAÇÃO *



* Informação não revisada pelos auditores independentes.

(1) Acumulado de janeiro a setembro de 2021.

Comentário do Desempenho

Água*	3T21 (1)	3T20 (2)	Var. (1/2)	3T19 (3)	Var. % (2/3)
Economias atendidas com rede de distribuição	4.149.930	4.059.051	2,2 %	3.975.705	2,1 %
Nº de estações de tratamento	168	168	0,0 %	170	-1,2 %
Nº de poços	1.164	1.241	-6,2 %	1.226	1,2 %
Nº de captações de superfície	265	230	15,2 %	229	0,4 %
Km de rede assentada	58.858	56.382	4,4 %	55.131	2,3 %
Volume Produzido (m³)	558.397.832	575.717.822	-3,0 %	580.856.787	-0,9 %
Índice de Perdas:					
No sistema distribuidor - %	33,56	34,69	-1,13 p.p.	34,63	0,06 p.p.
No faturamento - %	30,46	31,71	-1,25 p.p.	31,87	-0,16 p.p.
Evasão de receitas - % (inadimplência)	3,50	2,90	0,60 p.p.	1,58	1,32 p.p.

* Informação não revisada pelos auditores independentes.

Esgoto*	3T21 (1)	3T20 (2)	Var. (1/2)	3T19 (3)	Var. % (2/3)
Economias atendidas com rede de coleta	3.188.247	3.080.026	3,5 %	2.972.998	3,6 %
Nº de estações de tratamento	258	253	2,0 %	247	2,4 %
Km de rede assentada	39.461	37.914	4,1 %	36.624	3,5 %
Volume coletado em m³	279.301.187	282.632.025	-1,2 %	283.112.819	-0,2 %

* Informação não revisada pelos auditores independentes.

CRISE HÍDRICA E VOLUMES DISPONÍVEIS

Em 07/05/2020, foi publicado o Decreto Estadual nº 4.626, reconhecendo a situação de emergência hídrica no Estado do Paraná, pelo prazo de 180 dias. Na sequência, em 29/10/2020, foi publicado o Decreto Estadual nº 6.068, que prorrogou o prazo de vigência da situação de emergência hídrica por mais 180 dias. Em 04/05/2021 foi publicado o Decreto Estadual nº 7.554, reconhecendo a situação de emergência hídrica nas regiões Metropolitana de Curitiba e Sudoeste do Estado do Paraná, pelo período de 90 dias. Em 05/08/2021, foi publicado o Decreto Estadual nº 8.299, reconhecendo a situação de emergência hídrica no Estado do Paraná, pelo prazo de 90 dias. Posteriormente, em 05/11/2021, foi publicado o Decreto Estadual nº 9.315, prorrogando o prazo de emergência hídrica na região metropolitana de Curitiba e nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, pelo prazo de 90 dias.

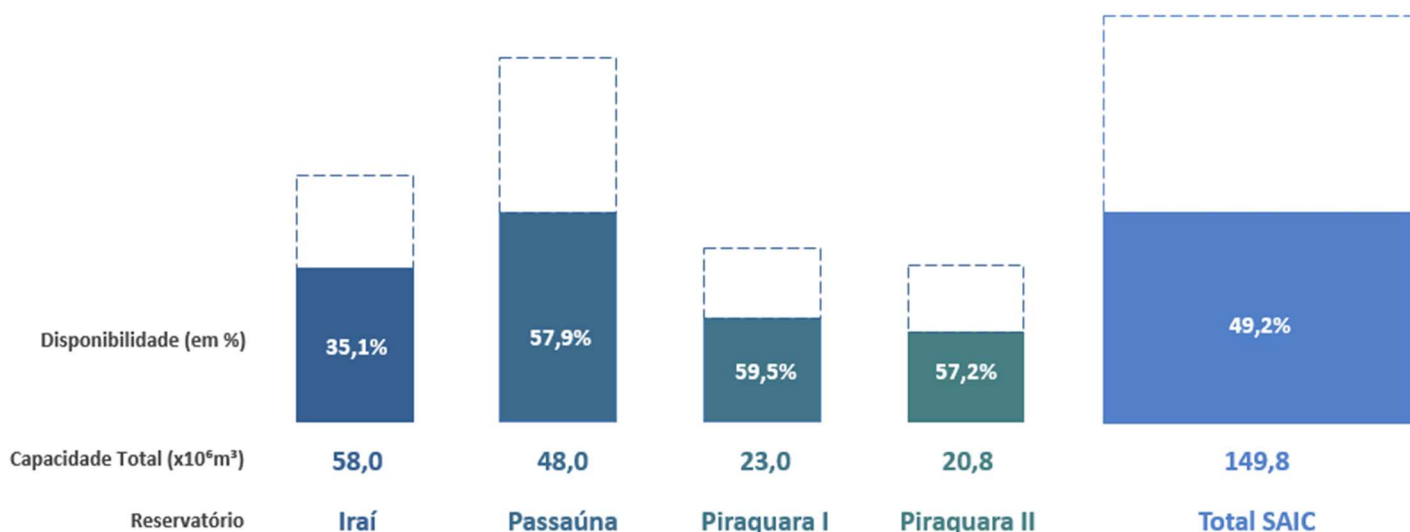
Devido ao baixo volume de reservação e escassez de chuva, a Companhia está praticando como ação mitigadora, rodízio no abastecimento de água. Com a queda do nível de reservação abaixo de 50%, foi retomado, a partir de 11 de agosto de 2021, o modelo de rodízio anterior para o fornecimento de água em Curitiba e Região Metropolitana. O período de abastecimento é de 36 horas, com suspensão de até 36 horas.

O volume médio disponível do Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba (SAIC) é composto pelas Barragens Piraquara I, Piraquara II, Iraí e Passaúna.

No Município de Foz do Iguaçu, a Sanepar utiliza a água da Barragem da Hidrelétrica Itaipu Binacional, do lago de Itaipu, no Rio Paraná.

Comentário do Desempenho

As barragens da Sanepar são consideradas de médio porte quanto ao volume de armazenamento, porém de grande porte devido à altura/profundidade superiores a 15 metros. No fechamento do trimestre, o volume médio de reservação, estava em 49,2% (29,8% em 30/09/2020).



* Informação não revisada pelos auditores independentes.

2. DADOS FINANCEIROS

2.1 DESEMPENHO ECONÔMICO

Receita Operacional Bruta - R\$ milhões	3T21 (1)	3T20 (2)	Var. % (1/2)	9M21 (3)	9M20 (4)	Var. % (3/4)
Receita de Água	866,9	758,5	14,3	2.506,9	2.316,4	8,2
Receita de Esgoto	508,5	449,4	13,2	1.466,3	1.380,2	6,2
Receita de Serviços	28,7	30,3	-5,3	82,9	88,8	-6,6
Receita de Resíduos Sólidos	2,8	2,8	0,0	8,8	8,9	-1,1
Serviços Prestados aos Municípios	5,4	5,2	3,8	15,7	15,1	4,0
Doações Efetuadas por Clientes	6,9	5,0	38,0	25,2	15,7	60,5
Outras Receitas	1,4	2,7	-48,1	3,9	5,5	-29,1
Total Receita Operacional	1.420,6	1.253,9	13,3	4.109,7	3.830,6	7,3
COFINS	-81,7	-71,8	13,8	-237,2	-220,1	7,8
PASEP	-17,6	-15,5	13,5	-51,3	-47,7	7,5
Totais das Deduções	-99,3	-87,3	13,7	-288,5	-267,8	7,7
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	1.321,3	1.166,6	13,3	3.821,2	3.562,8	7,3

A receita operacional líquida aumentou 13,3%, passando de R\$1.166,6 milhões no 3T20 para R\$1.321,3 milhões no 3T21, este aumento é decorrente de: (i) reajuste tarifário de 5,11% a partir de 05 de fevereiro de 2021; (ii) revisão tarifária de 5,77% a partir de 17 de maio de 2021; (iii) crescimento dos volumes faturados de água e esgoto; e (iv) do aumento no número de ligações.

Comentário do Desempenho

Custos e Despesas Operacionais R\$ milhões	3T21 (1)	3T20 (2)	Var. % (1/2)	9M21 (3)	9M20 (4)	Var. % (3/4)
Pessoal	-268,1	-396,9	-32,5	-803,5	-953,4	-15,7
Materiais	-54,6	-50,3	8,5	-162,7	-158,0	3,0
Energia Elétrica	-142,6	-104,2	36,9	-383,6	-339,3	13,1
Serviços de Terceiros	-169,5	-164,0	3,4	-492,1	-483,8	1,7
Depreciações e Amortizações	-100,8	-91,6	10,0	-292,8	-267,9	9,3
Perdas na Realização de Créditos	-31,3	-29,5	6,1	-74,7	-56,3	32,7
Valor Realizável Líquido de Estoque	0,0	-0,3	-100,0	2,1	-2,1	-200,0
Fundo Municipal de Saneamento Gestão Amb.	-17,2	-14,3	20,3	-49,7	-49,3	0,8
Taxa de Regulação	-6,5	-6,3	3,2	-19,4	-19,0	2,1
Indenizações por Danos a Terceiros	-2,2	-2,1	4,8	-6,8	-10,4	-34,6
Despesas Capitalizadas	21,9	20,9	4,8	74,1	60,7	22,1
Provisões para Contingências	-7,8	-0,9	766,7	-56,9	-6,4	789,1
Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	-14,8	-16,7	-11,4	-44,2	-50,1	-11,8
Programa de Participação nos Resultados	-18,8	-3,7	408,1	-59,6	-42,5	40,2
Perdas Eventuais	-4,0	0,1	4.100,0	-4,0	-37,2	-89,2
Baixas de Ativos, líquidas	-2,1	1,8	-216,7	-3,8	3,2	-218,8
Outros Custos e Despesas	-11,6	-8,0	45,0	-39,7	-33,7	17,8
Totais	-830,0	-866,0	-4,2	-2.417,3	-2.445,5	-1,2

Os custos e despesas operacionais no 3T21 tiveram uma redução de 4,2% em relação ao 3T20.

As principais variações ocorridas foram em decorrência de:

Pessoal

Redução de 32,5%, em função da diminuição de 5,5% do número de empregados (de 6.681 para 6.314 empregados em 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, respectivamente), em consequência do Programa de Aposentadoria Incentiva – PAI, refletindo em todas as verbas salariais, superando os impactos decorrentes dos reajustes salariais de 6,22% (INPC) sobre as verbas trabalhistas e benefícios referente ao Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2020/2021 (data base março de 2021) e o reajuste de 6,35% do SANESAÚDE em junho de 2021.

Materiais

Aumento de 8,5% principalmente em material de operação de sistemas, material de conservação e manutenção de bens administrativos, material de manutenção eletromecânica, material de laboratório, material de manutenção de veículos, combustíveis e lubrificantes e material de manutenção de redes.

Energia Elétrica

Aumento de 36,9% decorrente da redução de 3% no subsídio aplicado nas unidades consumidoras que usufruíam do desconto para saneamento, passando de 12% para 9%, pelo aumento de 52% no valor cobrado na régua de bandeiras, pela alteração da bandeira tarifária praticada pela COPEL de “bandeira Verde” em setembro de 2020 para “bandeira de Escassez Hídrica” em setembro de 2021, além do reflexo tarifário médio de 9,89% aplicado a partir de 24/06/2021.

Serviços de Terceiros

Aumento de 3,4% principalmente em serviços técnicos profissionais, serviços de cadastro e faturamento, serviço de veiculação, propaganda e publicidade, serviço de vigilância, serviço de manutenção eletromecânica e serviços técnicos operacionais.

Comentário do Desempenho

Depreciações e Amortizações

Acréscimo de 10,0%, principalmente pela entrada em operação de ativos intangíveis e/ou imobilizados, no período de outubro de 2020 a setembro de 2021, no montante de R\$1.092,0 milhões (líquido das baixas).

Perdas na Realização de Créditos

Aumento de 6,1%, influenciado principalmente pelo crescimento das provisões de perdas das contas a receber de clientes particulares no montante de R\$25,4 milhões e também pela contabilização do montante de R\$4,8 milhões referente a estimativa de perdas esperadas sobre créditos, conforme estudos sobre a queda na arrecadação provocada pelo cenário econômico atual, provocado pela Pandemia devido ao COVID-19.

Provisões para Contingências

Aumento de 766,7%, em função do provisionamento de novas ações e principalmente pela baixa de ações trabalhistas referentes a diferenças salariais e encargos, no montante de R\$10,6 milhões ocorridas no 3º trimestre de 2020, causando reflexo na base comparativa entre os trimestres.

Perdas Eventuais

Aumento de 4.100% principalmente em virtude do registro contábil da consolidação dos achados preliminares referentes a investigação da Operação Ductos no valor de R\$ 4,2 milhões.

2.2 INDICADORES ECONÔMICOS

Resultado Financeiro - R\$ milhões	3T21 (1)	3T20 (2)	Var. % (1/2)	9M21 (3)	9M20 (4)	Var. % (3/4)
Receitas Financeiras						
Aplicações Financeiras	13,7	5,1	168,6	29,2	17,8	64,0
Variações Monetárias Ativas	6,3	2,0	215,0	19,5	7,5	160,0
Variações Cambiais Ativas	0,0	0,0	-	1,4	0,0	-
Ganho com Instrumentos Financeiros Derivativos	0,6	0,4	50,0	1,1	1,4	-21,4
Outras Receitas Financeiras	4,9	6,1	-19,7	15,0	17,6	-14,8
Totais das Receitas Financeiras	25,5	13,6	87,5	66,2	44,3	49,4
Despesas Financeiras						
Juros e Taxas de Financiamentos, Empréstimos, Debêntures e Arrendamentos	-93,5	-62,3	50,1	-210,6	-165,5	27,3
Variações Monetárias Passivas	-24,1	-7,7	213,0	-60,0	-6,4	837,5
Variações Cambiais Passivas	-0,7	-0,5	40,0	-1,2	-1,5	-20,0
Perda com Instrumentos Financeiros Derivativos	-0,1	0,0	-	-1,5	0,0	-
Outras Despesas Financeiras	-0,4	-0,5	-20,0	-1,5	-12,8	-88,3
Totais das Despesas Financeiras	-118,8	-71,0	67,3	-274,8	-186,2	47,6
Resultado Financeiro	-93,3	-57,4	62,5	-208,6	-141,9	47,0

O resultado financeiro teve um acréscimo de 62,5% passando de -R\$57,4 milhões no 3T20 para -R\$93,3 milhões no 3T21, decorrente do crescimento das despesas financeiras em 67,3%, principalmente em despesas com juros e taxas de financiamentos, empréstimos, debêntures e arrendamentos, passando de R\$62,3 milhões no 3T20 para R\$93,5 milhões no 3T21 e em variações monetárias de empréstimos e financiamentos, passando de R\$7,7 milhões no 3T20 para R\$24,1 milhões no 3T21, decorrentes do aumento da base de cálculo dos encargos financeiros em função da captação de debêntures (10ª e 11ª emissões), da correção monetária da dívida do Arrendamento Mercantil do Litoral e do crescimento do IPCA em comparação ao mesmo período de 2020.

Comentário do Desempenho

Resultado Econômico - R\$ milhões	3T21 (1)	3T20 (2)	Var. % (1/2)	9M21 (3)	9M20 (4)	Var. % (3/4)
Resultado Operacional	491,3	300,6	63,4	1.403,9	1.117,3	25,7
Resultado Financeiro	-93,3	-57,4	62,5	-208,6	-141,9	47,0
Tributos sobre o Lucro	-130,7	-78,6	66,3	-349,7	-270,4	29,3
Lucro Líquido	267,3	164,6	62,4	845,6	705,0	19,9

A Companhia obteve um lucro líquido de R\$267,3 milhões no 3T21, 62,4% acima do resultado líquido de R\$164,6 milhões registrado no 3T20. O resultado foi impactado pelo crescimento de 13,3% da receita operacional líquida e pela redução de 4,2% dos custos e despesas operacionais.

A seguir apresentamos a reclassificação do resultado do 3T21 excluindo os itens não recorrentes:

Itens não Recorrentes - R\$ milhões *	3T21	3T20	9M21	9M20
Lucro Líquido	267,3	164,6	845,6	705,0
PAI - Programa de Aposentadoria Incentivada	-	111,4	-	127,8
Despesas de AVP sobre Ativos Financeiros Contratuais devido alteração vida útil de bens	-	-	-	11,1
Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Consórcio DMLFM/SEF	-	-	-	15,2
Provisão Operação Ductos	-5,9	-	-	-
Perdas Eventuais - Operação Ductos	4,2	-	4,2	-
Efeitos Tributários	2,0	-37,9	-	-52,4
Lucro Líquido ajustado aos itens não recorrentes	267,6	238,1	849,8	806,7
% Margem Líquida de itens não recorrentes	20,3	20,4	22,2	22,6
EBITDA Ajustado de itens não recorrentes	590,4	503,6	1.700,9	1.539,3
% Margem EBITDA Ajustada de itens não recorrentes	44,7	43,2	44,5	43,2

* Informação não revisada pelos auditores independentes.

Distribuição da Riqueza Econômica Gerada - R\$ milhões	3T21 (1)	3T20 (2)	Var. % (1/2)	9M21 (3)	9M20 (4)	Var. % (3/4)
Remuneração de Pessoal	245,6	356,5	-31,1	742,9	870,9	-14,7
Remuneração a Governos (Tributos)	272,7	211,5	28,9	767,3	669,8	14,6
Remuneração a terceiros (Aluguéis)	1,1	1,1	0,0	3,8	3,1	22,6
Remuneração de Capitais de Terceiros (Juros e Variações Monetárias)	118,8	71,1	67,1	274,8	186,2	47,6
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	0,0	0,0	0,0	151,1	150,7	0,3
Lucro Líquido do Período não distribuído	267,3	164,6	62,4	694,5	554,3	25,3
Total da Riqueza Econômica	905,5	804,8	12,5	2.634,4	2.435,0	8,2

A estratégia de crescimento e desenvolvimento da SANEPAR, para operar em um mercado de serviços públicos, também liberado à iniciativa privada, está baseada na busca de resultados efetivos, comprometimento com a qualidade dos serviços prestados e principalmente atendimento às necessidades do poder concedente e acionistas.

Comentário do Desempenho

Os números a seguir demonstram os resultados econômico-financeiros que a Companhia vem alcançando para sustentação de programas de investimentos, propiciando as condições adequadas para atendimento da demanda futura.

Indicadores Econômicos - R\$ milhões	3T21 (1)	3T20 (2)	Var. % (1/2)	9M21 (3)	9M20 (4)	Var. % (3/4)
Receita Operacional Líquida	1.321,3	1.166,6	13,3 %	3.821,2	3.562,8	7,3 %
Lucro Operacional	491,3	300,6	63,4 %	1.403,9	1.117,3	25,7 %
Lucro Líquido	267,3	164,6	62,4 %	845,6	705,0	19,9 %
% Margem Operacional *	28,0	19,4	8,6 p.p.	29,1	25,5	3,6 p.p.
% Margem Líquida *	20,2	14,1	6,1 p.p.	22,1	19,8	2,3 p.p.
% Rentabilidade do PL médio *	3,6	2,5	1,1 p.p.	11,6	11,0	0,6 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA (Acumulado 12 meses) *	1,3	1,3	0,0 p.p.	1,3	1,3	0,0 p.p.

* Instrução CVM nº 527/12 - Informação não revisada pelos auditores independentes.

No encerramento do 3T21, os ativos totais da Companhia atingiram R\$14.325,4 milhões (R\$13.190,9 milhões em 31/12/2020), enquanto as dívidas totais ao final do 3T21 eram de R\$6.747,7 milhões (R\$6.247,7 milhões em 31/12/2020).

Do montante da dívida total, R\$4.059,0 milhões (R\$3.647,6 milhões em 31/12/2020) referem-se a empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, apresentando acréscimo de 11,3% em relação ao final do exercício de 2020.

	Referência	SET/21	DEZ/20	Var.
Patrimônio Líquido	R\$ Milhões	7.577,6	6.943,2	9,1 %
Valor Patrimonial da Ação	R\$	5,01	4,59	9,2 %
Grau de Endividamento *	%	47,1	47,4	-0,3 p.p.
Liquidez Corrente *	R\$	1,55	1,21	28,1 %
Liquidez Seca *	R\$	1,51	1,17	29,1 %

* Informação não revisada pelos auditores independentes.

EBITDA e Geração de Caixa Operacional

O EBITDA no 3T21, que representa o resultado operacional da Companhia, foi de R\$592,1 milhões, contra R\$392,2 milhões no 3T20. A margem EBITDA passou de 33,6% para 44,8%. Esse aumento do desempenho ocorreu pelo crescimento de 13,3% da receita líquida e pela redução de 5,8% dos custos e despesas que impactam o EBITDA.

A geração de caixa operacional no 3T21 foi de R\$562,3 milhões, aumento de 34,5% em relação ao 3T20. A Conversão do EBITDA em Caixa Operacional foi de 95,0%.

EBITDA - R\$ milhões *	3T21 (1)	3T20 (2)	Var. % (1/2)	9M21 (3)	9M20 (4)	Var. % (3/4)
Lucro Líquido do Período	267,3	164,6	62,4	845,6	705,0	19,9
(+) Tributos sobre o Lucro	130,7	78,6	66,3	349,7	270,4	29,3
(+) Resultado Financeiro	93,3	57,4	62,5	208,6	141,9	47,0
(+) Depreciações e Amortizações	100,8	91,6	10,0	292,8	267,9	9,3
EBITDA	592,1	392,2	51,0	1.696,7	1.385,2	22,5
% Margem EBITDA	44,8	33,6	11,2 p.p.	44,4	38,9	5,5 p.p.
% Conversão de EBITDA em Caixa	95,0	106,6	-11,6 p.p.	77,5	95,6	-18,1 p.p.

* Instrução CVM nº 527/12 - Informação não revisada pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

2.3 INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados no 3T21 foram de R\$366,0 milhões (R\$258,8 milhões no 3T20), conforme apresentados a seguir:

Investimentos - R\$ milhões	3T21 (1)	3T20 (2)	Var. % (1/2)	9M21 (3)	9M20 (4)	Var. % (3/4)
Água	179,6	131,9	36,2	455,2	333,1	36,7
Esgoto	152,0	106,3	43,0	398,1	317,3	25,5
Outros Investimentos	34,4	20,6	67,0	65,0	55,0	18,2
Totais	366,0	258,8	41,4	918,3	705,4	30,2

2.4 ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta passou de R\$3.647,6 milhões em dezembro de 2020 para R\$4.059,0 milhões em setembro de 2021, representando um crescimento de R\$411,4 milhões. A dívida líquida passou de R\$2.773,3 milhões em dezembro de 2020 para R\$2.988,3 milhões em setembro de 2021.

O índice de alavancagem, medido pela relação “Dívida Líquida/EBITDA (acumulado 12 meses)” foi de 1,3x no 3T21 (1,3x no 3T20).

O grau de endividamento ficou em 47,1% no fechamento do 3T21 (49,3% no 3T20).

Apresentamos a seguir, a composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, com suas respectivas taxas de juros, vencimentos e saldos devedores em 30 de setembro de 2021:

Endividamento - R\$ milhões	Taxa de Juros Anual	Indexador	Término do Contrato	Saldo Devedor	%
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,00%	TR	19/07/2042	1.262,6	31,1
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	4,66%	IPCA	15/03/2027	380,1	9,4
Arrendamento Litoral	11,14%	IPC-FIPE	07/12/2036	299,0	7,4
BNDES - PAC2	TJPL + 1,67% e 2,05%	-	15/07/2029	281,1	6,9
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	4,25%	IPCA	15/03/2029	213,7	5,3
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	106,05% do DI	-	11/06/2024	202,1	5,0
Debêntures 11ª Emissão - 3ª Série	4,49%	IPCA	17/03/2031	165,8	4,1
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	108,00% do DI	-	21/06/2023	157,1	3,9
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	107,25% do DI	-	11/06/2026	153,1	3,8
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,67%	-	15/07/2027	139,6	3,4
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,65%	-	13/03/2026	127,5	3,1
Arrendamento Direito de Uso	5,04%	-	31/08/2026	100,2	2,5
Cédula de Crédito Bancário - CCB	DI + 2,75%	-	13/06/2022	99,7	2,4
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	15/07/2027	86,0	2,1
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série *	4,79%	IPCA	15/11/2038	75,2	1,8
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	9,19%	IPCA	15/09/2024	63,4	1,6
Debêntures 2ª Emissão - 3ª Série	TJLP + 1,92%	-	15/09/2024	49,0	1,2
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série *	5,20%	IPCA	15/11/2038	46,1	1,1
Debêntures 2ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,92%	-	15/09/2024	36,8	0,9
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	15/11/2038	35,6	0,9
BNDES - AVANÇAR	3,56% a 3,96%	IPCA	15/06/2040	27,1	0,7
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	15/11/2038	22,0	0,5
Banco KFW	1,35%	EURO	30/12/2032	10,7	0,3
BNDES	TJLP + 1,82%	-	15/01/2023	10,2	0,2
Banco Itaú PSI	3,0% a 6,0%	-	15/01/2025	8,9	0,2
Banco do Brasil - PSI	3,0% a 6,0%	-	15/04/2024	6,4	0,2
Totais				4.059,0	100,0

* IPCA como componente variável da TLP

Comentário do Desempenho

Apresentamos a seguir, o perfil da dívida em relação ao cronograma de vencimento:

Descrição - R\$ milhões	Saldo Devedor	%
12 meses	416,4	10,3
24 meses	408,8	10,1
36 meses	442,7	10,9
60 meses	1.039,0	25,6
Acima de 60 meses	1.752,1	43,1
Totais	4.059,0	100,0

3. REGULAÇÃO

Reajuste Tarifário 2020

Em 29/12/2020, na Reunião Ordinária nº 029/2020 a AGEPAR decidiu pela aprovação parcial do pedido de reajuste da Sanepar para o ano de 2020, sendo aprovado o índice de 5,11%, aplicado a partir de 05 de fevereiro de 2021, conforme Resolução nº 040/2020. O cálculo realizado pela AGEPAR considerou a suspensão provisória da 4ª parcela do diferimento tarifário, oriundo da RTP 2017, e a substituição na cesta de índices do IGP-M pelo IPCA.

A Agência definiu ainda, que as compensações pelo atraso na concessão do reajuste tarifário, no período compreendido entre maio de 2020 e fevereiro de 2021, deveriam ser consideradas na 2ª RTP.

Em 25/01/2021 a Companhia protocolou pedido junto à AGEPAR visando a compensação dos valores oriundos da substituição do IGP-M pelo IPCA, a Agência, por sua vez, aceitou o pedido da Sanepar e realizou a compensação dos valores no cálculo da 1ª fase da 2ª RTP, bem como incluiu a compensação decorrente do atraso na concessão do IRT 2020 (Maio de 2020 para Fevereiro de 2021).

Conta de variação da Parcela A (CVA)

A conta de Compensação de Variação dos Itens da Parcela "A" corresponde à compensação da soma das diferenças mensais, positivas ou negativas, calculadas em função das variações dos custos de energia elétrica, produtos químicos e encargos setoriais, corrigidos pelo IPCA.

A CVA é determinada a partir do custo histórico verificado no período t-1 para os três componentes supracitados e repassadas via reajustes no período t. No entanto, a formulação básica do reajuste tarifário, não garante o repasse (*pass through*) perfeito dos custos não gerenciáveis para o consumidor, uma vez que não considera, por exemplo, a diferença entre o mercado de referência e o mercado de aplicação.

Como o cálculo do reajuste tarifário pressupõe que no período seguinte ocorrerá exatamente o mesmo volume (m³) verificado no cálculo do reajuste, ao final do período t o saldo da CVA seria zero.

No acumulado até setembro de 2021 a CVA da Companhia apurada de forma gerencial apresentou um saldo positivo de R\$ 34,1 milhões, que a Sanepar deverá recuperar, via tarifa.

Comentário do Desempenho

A Companhia está divulgando o EBITDA Ajustado com os itens não gerenciáveis como métrica para analisar os impactos da compensação dos itens da parcela “A” (energia elétrica, material de tratamento, taxas e encargos) do modelo tarifário.

O EBITDA ajustado com os itens não gerenciáveis é uma medição não contábil e não deve ser considerado isoladamente como um indicador operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou capacidade da dívida da Companhia.

A seguir apresentamos o cálculo do EBITDA Ajustado partindo do EBITDA, que segue a ICVM 527/12, considerando os valores estimados dos itens não gerenciáveis, acumulados até 30 de setembro de 2021:

EBITDA - R\$ milhões *	9M21
EBITDA	1.696,7
(+) Itens não gerenciáveis	34,1
Energia Elétrica	48,3
Material de Tratamento	4,2
Taxas e Encargos	(18,4)
(=) EBITDA ajustado com itens não gerenciáveis	1.730,8
% Margem EBITDA Ajustada de itens não gerenciáveis	45,3%

* Instrução CVM nº 527/12 - Informação não revisada pelos auditores independentes

1ª Fase da 2ª RTP e o Diferimento 1ª RTP

Em 04/01/2021 a AGEPAR promoveu a abertura da Consulta Pública nº 001/2021, referente à 1ª fase da 2ª RTP – Revisão Tarifária Periódica e submeteu 09 (nove) Notas Técnicas para contribuições até 17/02/2021. Em 31/03/2021, a Agência realizou a Audiência Pública nº 001/2021, para debater as Notas Técnicas já atualizadas após as contribuições da Consulta Pública. Em 14/04/2021 o Conselho Diretor da AGEPAR, na Reunião Extraordinária nº 012/2021, decidiu pela aprovação do novo reposicionamento tarifário de 5,7701%, resultado da 1ª fase da 2ª RTP. A tarifa reposicionada entrou em vigor 30 dias após sua homologação, com aplicação a partir de 17 de maio de 2021 (data-base).

Ainda, na 1ª fase da 2ª RTP, a AGEPAR atualizou a regra de cálculo em relação a amortização da parcela do diferimento oriundo da 1ª RTP. No cálculo definido o saldo devedor do diferimento foi estimado a partir do saldo apurado das diferenças entre a Receita Requerida e a Receita Verificada projetado até maio/2021 e resultou no valor de R\$ 1,709 bilhão, este valor foi integrado à tarifa por meio de uma parcela de compensação de valor fixo ao longo do ciclo tarifário (2021 – 2024) de R\$ 0,459 por m³, calculada a partir da igualdade de um fluxo de caixa descontado pelo WACC regulatório.

O diferimento é oriundo da 1ª RTP da Sanepar, ocasião em que a Companhia foi autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (AGEPAR), por meio da Resolução Homologatória nº 003, de 12 de abril de 2017, a aplicar o índice de reposicionamento tarifário de 25,63% a partir de 17 de abril de 2017, conforme previsto no artigo 3º:

Comentário do Desempenho

“Art. 3º - Definir que a aplicação da revisão tarifária homologada conforme artigo 2º desta Resolução será diferida em 8 (oito) anos, sendo que a primeira parcela corresponderá, no ano de 2017, a um reposicionamento médio de 8,53% (oito vírgula cinquenta e três por cento), e as demais em 7 (sete) parcelas de 2,11% (dois vírgula onze por cento), acrescidas da correspondente correção financeira e da correção econômica, a qual se dará pela aplicação da taxa média ponderada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), nos termos definidos na Nota Técnica aprovada no artigo 1º desta Resolução”.

Em relação aos registros contábeis, em analogia à Orientação Técnica OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, a Companhia não registra nas Demonstrações Contábeis os valores a receber decorrentes do diferimento, considerando que: (i) a realização ou exigibilidade destes valores dependeriam de evento futuro não totalmente controlável pela entidade - faturamento futuro dos serviços de água e esgoto; (ii) não é praticável saber, no momento do surgimento do direito a receber quais são os devedores destes valores; e (iii) o efetivo recebimento destes valores ocorrerá somente com a manutenção das concessões.

4. REGIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Conforme previsto na Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020, o Governo do Estado do Paraná sancionou a Lei Complementar nº 237/2021, de 09 de julho de 2021, que instituiu as microrregiões dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Oeste, do Centro-Leste e do Centro-Litoral e suas respectivas estruturas de governança. Em 01 de outubro de 2021 foram publicados os Decretos Estaduais nº 8.924/2021, nº 8.925/2021 e nº 8.926/2021 que aprovaram o regimento interno provisório das microrregiões.

5. IMPACTOS DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

A Companhia divulgou os impactos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) na Nota Explicativa 30 das Demonstrações Contábeis Intermediárias do 3º Trimestre de 2021.

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (também identificada como “Companhia” ou “Sanepar”), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

No dia 28 de julho de 2020 foi sancionada a Lei nº 20.266/2020, que alterou o artigo 1º da Lei nº 4.684 de 24 de janeiro de 1963, autorizando a Companhia a atuar, inclusive no exterior, na exploração de serviços públicos e sistemas privados de abastecimento de água, coleta, remoção e destinação final de efluentes, resíduos sólidos domésticos e industriais, drenagem urbana, serviços relacionados a proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, além de estar autorizada a comercializar a energia gerada em suas unidades, os serviços e direitos decorrentes de seus ativos patrimoniais e utilizar redes para instalação de fibras óticas. A Companhia poderá ainda participar, majoritária ou minoritariamente, de consórcios, fundos de investimentos ou sociedades com empresas públicas e privadas. A operação desses negócios poderá ser diretamente ou através de subsidiárias, por meio de sociedades de propósito específico ou outras espécies jurídicas de associação aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm seu prazo de validade definido em média 30 anos. A situação atual das 346 concessões municipais operadas está demonstrada a seguir:

Contratos Concessão/Programa ¹	Quantidade de Contratos ¹	Ativo Intangível + Ativo de Contrato + Ativo Financeiro ^{1 2}	% da Receita Total ¹
Vencidos	12	372.426	4,1
Vencimento em 2021	2	9.272	0,1
Vencimento entre 2022 e 2030	51	1.407.031	12,1
Vencimento após 2030	281	8.690.380	83,7
Totais	346	10.479.109	100,0

¹ Informação não revisada pelos auditores independentes;

² Valor Contábil.

Quando do vencimento das concessões, o município deverá ressarcir à Companhia os valores residuais dos ativos relacionados à concessão. Adicionalmente, a Companhia está discutindo judicialmente a validade do termo aditivo que prorrogou a concessão com o município de Maringá. Conforme determinação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o rompimento contratual com o município somente poderá ocorrer após indenização à Companhia dos investimentos realizados.

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 - Brasil, Bolsa, Balcão), estando listada no Nível 2 de Governança Corporativa.

Notas Explicativas

A Companhia participa com 40% do capital de Sociedade de Propósito Específico, sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, denominada “CS Bioenergia S.A.”, que tem como objeto social a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos e orgânicos, bem como o lodo produzido nas estações de tratamento de esgotos, produção de biogás e geração de energia, conforme indicado na Nota Explicativa 11.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Trimestrais estão sendo apresentadas em conformidade com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e o IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário, emitido pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Portanto, as Informações Contábeis Intermediárias estão também em conformidade com as IFRS, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Informações Contábeis Intermediárias, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As Informações Contábeis Intermediárias foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 11 de novembro de 2021.

2.2. Continuidade Operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações inclusive avaliou os impactos da COVID-19 e da crise hídrica instalada no Estado do Paraná. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

Novo Marco Legal do Saneamento

Em 15 de julho de 2020 foi publicada a Lei Federal nº 14.026/2020 que ampliou a concorrência no setor e impôs metas de atendimento de 99% da população atendida com água potável e de 90% com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, incentivando as operadoras a atuarem com maior eficiência. Adicionalmente atribuiu a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a autoridade para editar normas de referência para regular o saneamento com o objetivo de minimizar as incertezas regulatórias.

Em 31 de maio de 2021, o Decreto nº 10.710 regulamentou o art. 10-B da Lei Federal nº 11.445/2007, estabelecendo a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário.

Em 09 de julho de 2021 foi promulgada a Lei Complementar Estadual nº 237, que instituiu as microrregiões dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Oeste, do Centro-Leste e do Centro-Litoral e suas respectivas estruturas de governança.

Notas Explicativas

Em 01 de outubro de 2021 foram publicados os Decretos Estaduais nº 8.924/2021, nº 8.925/2021 e nº 8.926/2021 que implementaram os regimentos internos provisórios de cada uma das microrregiões.

As empresas do setor de saneamento têm prazo até 31 de dezembro de 2021 para cumprir as obrigações previstas no Decreto Federal nº 10.710/2021, devendo protocolar na respectiva agência reguladora a comprovação de capacidade econômica e financeira para atender as metas previstas no art. 11-B da Lei nº 11.445/2007, sendo o prazo de 31/03/2022, para inclusão destas metas legais nos contratos.

Neste contexto, a Companhia está acompanhando constantemente a legislação Estadual e Federal e vem trabalhando na implementação das ações necessárias dentro dos prazos legais fixados.

2.3. Base de Mensuração e Apresentação

As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na nota explicativa de práticas contábeis.

2.4. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas Informações Contábeis Intermediárias, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das Informações Contábeis Intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2021 são consistentes com as práticas descritas na Nota Explicativa 3 das Demonstrações Contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas juntamente com as demonstrações contábeis anuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as quais foram divulgadas em 11 de fevereiro de 2021.

Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

No trimestre findo em 30 de setembro de 2021, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Informações Contábeis Intermediárias da adoção destas normas:

[Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante:](#)

Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Notas Explicativas

Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020 – Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Alteração da norma IAS 16 – Imobilizado: Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso: Custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Alteração da norma IFRS 3 – Referências a estrutura conceitual: Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Alteração da norma IFRS 17 – Contratos de seguro: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Alteração da norma IFRS 4 – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Alteração da norma IAS 1 e Divulgação de práticas contábeis 2 – Divulgação de políticas contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Alteração da norma IAS 8 – Definição de estimativas contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Alteração da norma IFRS 16 – Arrendamentos: Define o tratamento de mudanças em contratos de arrendamento que tenham relação direta com a pandemia da Covid-19. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/04/2021. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Notas Explicativas

Alteração da norma IAS 12 – Imposto Diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia tem exposição a riscos financeiros, porém administrados ou mitigados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações, e estão descritos nesta Nota Explicativa.

4.1. Gestão de Risco Financeiro

Risco de Negócio: o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 concessões municipais operadas no Estado do Paraná e 01 concessão municipal no Estado de Santa Catarina. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, geralmente os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração de 30 anos. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. No caso de encerramento dos contratos ou rescisão antes de seu término, o poder concedente deverá indenizar à Companhia os valores dos investimentos não amortizados relacionados a concessão, mediante avaliação. O processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela AGEPAR - Agência Reguladora do Paraná.

Risco de Crédito: a Companhia está exposta ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras) e contas a receber (crédito a clientes e saldos com partes relacionadas). A exposição máxima equivale ao valor contábil apresentado em 30 de setembro de 2021 e estão demonstrados nas Notas Explicativas 6, 8 e 19. Os riscos relativos aos clientes são mitigados pela sua composição contemplar uma base pulverizada e que abrange praticamente toda a população do Estado do Paraná. Considerando o tipo de negócio a Administração não efetua análise de crédito sobre a capacidade de pagamento do cliente, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência mediante aviso prévio entregue por escrito ao usuário, com antecedência mínima de trinta dias da data prevista para o corte, exceto na vigência da Lei Estadual nº 20.187 de 2020 decorrente da pandemia. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com os municípios devedores e caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Risco de Taxa de Juros: risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras e juros sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos seria de R\$26.524 e R\$53.048 a mais ou a menos principalmente em decorrência de receitas de aplicações financeiras e de despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos de taxa variável conforme descrito a seguir:

Descrição	Indexador	+25%	-25%	+50%	-50%
Caixa FI Sanepar I Renda Fixa	DI	7.390	(7.390)	14.780	(14.780)
Ativos		7.390	(7.390)	14.780	(14.780)
Cédula de Crédito Bancário - CCB	DI	(1.228)	1.228	(2.456)	2.456
BNDES	TJLP	(111)	111	(222)	222
BNDES-PAC2	TJLP	(1.868)	1.868	(3.736)	3.736
BNDES-AVANÇAR	IPCA	(292)	292	(584)	584
Debêntures - 2ª Emissão - 1ª e 3ª Séries	TJLP	(815)	815	(1.630)	1.630
Debêntures - 2ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(1.369)	1.369	(2.738)	2.738
Debêntures - 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP	(1.265)	1.265	(2.530)	2.530
Debêntures - 4ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(1.509)	1.509	(3.018)	3.018
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª a 4ª Séries	IPCA	(2.778)	2.778	(5.556)	5.556
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª Série	DI	(1.357)	1.357	(2.714)	2.714
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	DI	(2.335)	2.335	(4.670)	4.670
Debêntures - 10ª Emissão - Série Única	IPCA	(6.396)	6.396	(12.792)	12.792
Debêntures - 11ª Emissão - 1ª Série	DI	(760)	760	(1.520)	1.520
Debêntures - 11ª Emissão - 2ª e 3ª Séries	IPCA	(4.368)	4.368	(8.736)	8.736
Arrendamento Litoral	IPC-FIPE	(6.618)	6.618	(13.236)	13.236
Arrendamento Direito de Uso	DI	(845)	845	(1.690)	1.690
Passivos		(33.914)	33.914	(67.828)	67.828
Efeitos no Lucro antes da tributação		(26.524)	26.524	(53.048)	53.048

Os índices considerados para o período de 12 meses foram, TR de 0,00% e a TJLP de 4,61% obtidas junto ao BACEN - Banco Central do Brasil, o IPCA à taxa de 10,25% obtido junto ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o DI à taxa de 3,01% obtido junto à B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e o IPC à taxa de 10,52% obtido junto à Fipe.

Análise de Sensibilidade à taxa de câmbio: apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos relacionados aos instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção (hedge) do empréstimo em moeda estrangeira. Conforme dados do Banco Central do Brasil – BACEN, obtidos no Sistema de Expectativas de Mercado, o cenário provável para o próximo trimestre é redução de 4,4692% na cotação do Dólar. Este cenário utiliza-se da taxa de câmbio média projetada para o fim de 2021, em relação a taxa PTAX informada na data de 30/09/2021.

Considerando o valor nocional de €1.813 mil (R\$11.418 mil), o valor da cotação da moeda Euro como R\$6,2983 para 30 de setembro de 2021 (Ptax – Banco Central) e considerando a premissa de se manter o valor proporcional de U\$1,1579 para cada euro, considerando o dólar PTAX a R\$5,4394, apresentamos a seguir a variação do câmbio em 25% e 50% para apreciação e depreciação em relação a exposição:

Efeito no resultado	Provável	+25%	-25%	+50%	-50%
Risco de variação do Euro (redução de 4,4692%)	510	(2.854)	2.854	(5.709)	5.709

Notas Explicativas

Risco de Liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na Nota Explicativa 13, de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, reduzindo riscos de liquidez. Adicionalmente a Companhia possui política de dividendos e gestão de risco de tesouraria e mercado.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Em conformidade com a Política de Gestão de Risco, Tesouraria e Mercado da Companhia, visando mitigar os riscos relativos à exposição cambial, foram contratadas 3 instituições financeiras para realização de operações de proteção (hedge), sem caráter especulativo, quando do recebimento de recursos decorrentes de empréstimo do Banco KfW, por intermédio de troca (Swap) da variação da dívida em Euros + 1,35% de juros ao ano por um percentual do CDI. A Companhia não aplica a política contábil de *hedge accounting* para esse contrato, mensurando ao valor justo por meio do resultado, apresentado no resultado financeiro. A dívida deste empréstimo está demonstrada na Nota Explicativa 13.

Em 30 de setembro de 2021 a Companhia possui contratos de Swap (Euro + juros X CDI) conforme demonstrado a seguir:

Instrumentos Financeiros - Contratos de Swap

Operação	Agente	Data do Início da Operação	Vencimento da Operação	Valor Nocial EUR	Valor Justo da Posição Ativa	Valor Justo da Posição Passiva	Ganho (Perda) com Instrumentos Derivativos - Swap
1	Itaú BBA	09/08/2019	26/12/2022	6	37	26	11
2	Itaú BBA	04/09/2019	26/12/2022	64	407	299	108
3	Itaú BBA	04/10/2019	26/12/2022	12	75	54	21
4	Itaú BBA	13/11/2019	26/12/2022	368	2.326	1.717	609
5	Itaú BBA	05/06/2020	26/12/2022	632	3.994	3.694	300
6	Itaú BBA	15/12/2020	26/12/2022	404	2.551	2.523	28
7	Banco Bradesco	26/05/2021	26/12/2022	327	2.066	2.163	(97)
TOTAL				1.813	11.456	10.476	980

4.2. Gestão de Risco de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima e um *rating* de crédito forte perante as instituições, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e debêntures. Para o período findo em 30 de setembro de 2021, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Notas Explicativas

Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido. Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, menos caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	30/09/2021	31/12/2020
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	4.059.032	3.647.588
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.070.842)	(874.323)
Dívida Líquida *	2.988.190	2.773.265
Patrimônio Líquido	7.577.644	6.943.163
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido *	0,39	0,40

* Informação não revisada pelos auditores independentes

4.3. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia, conforme a seguir:

Descrição	30/09/2021	31/12/2020
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações Financeiras	1.032.737	869.196
Ativo Financeiro - SWAP	11.456	9.476
Depósitos Vinculados	72.400	61.614
Custo amortizado		
Caixa e Bancos	38.105	5.127
Contas a Receber de Clientes, líquido	961.319	799.603
Ativos Financeiros Contratuais	576.198	490.082
Totais	2.692.215	2.235.098
Passivos		
Valor justo por meio do resultado		
Passivo Financeiro - SWAP	10.476	8.184
Custo amortizado		
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento	4.059.032	3.647.588
Empreiteiros e Fornecedores	262.322	213.820
Totais	4.331.830	3.869.592

O nível de hierarquia do valor justo por meio do resultado dos ativos da Companhia está enquadrado no nível 2, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2021	31/12/2020
Depósitos Bancários Livres	825	2.972
Depósitos Bancários Vinculados	37.280	2.155
	38.105	5.127
Aplicações Financeiras	1.032.737	869.196
Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.070.842	874.323

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundo de renda fixa, aplicados em Fundo de Investimento exclusivo (CNPJ 03.737.212/0001-44 – Fundo de Investimento Exclusivo Caixa SANEPAR I Renda Fixa) cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos federais e Certificado de Depósito Bancário, com remuneração média de 95,91% do CDI (100,70% em 2020).

Notas Explicativas**6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

Descrição	30/09/2021	31/12/2020
Contas a Receber Vincendas	310.207	271.640
Contas a Receber de Parcelamentos	107.817	64.447
Ajuste a Valor Presente	(13.659)	(8.860)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	225.993	210.282
	630.358	537.509
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	160.481	136.883
De 31 a 60 dias	68.239	53.029
De 61 a 90 dias	40.972	31.306
De 91 a 180 dias	83.057	55.961
Mais de 180 dias	339.887	271.869
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	(361.675)	(286.954)
	330.961	262.094
Totais de Contas a Receber, líquidas	961.319	799.603
Circulante	919.472	779.404
Não Circulante	41.847	20.199

Destacamos que, em decorrência dos impactos do Coronavírus (COVID-19), conforme descrito na Nota Explicativa 30, ocorreu um incremento na provisão para Perdas Esperadas na Realização de Créditos de contas a receber, principalmente de clientes particulares no montante de R\$18.608 (R\$12.328 em 2020 e R\$6.280 em 2021), considerando a melhor estimativa de perda para o momento.

Apresentamos a seguir a composição do total das contas a receber vencidas, líquidas das perdas na realização de créditos:

Descrição	Contas a Receber	Provisão para Perdas	Ajuste a Valor Presente	30/09/2021	31/12/2020
Prefeituras Municipais	104.113	(57.300)	(11.517)	35.296	36.811
Particulares	1.216.222	(304.375)	(2.142)	909.705	743.682
Setor Federal	1.254	-	-	1.254	990
Setor Estadual	15.064	-	-	15.064	18.120
Saldos no Final do Período	1.336.653	(361.675)	(13.659)	961.319	799.603

b) A movimentação da provisão para perdas na realização de créditos foi a seguinte:

Descrição	30/09/2021	31/12/2020
Saldos no Início do Período	(286.954)	(196.487)
Valores Registrados como Despesa *	(74.721)	(90.972)
Baixas, Líquidas das Recuperações	-	505
Saldos no Final do Período	(361.675)	(286.954)

* Crescimento decorrente de contas vencidas, principalmente de clientes particulares, em função de medidas adotadas para enfrentamento da Covid-19, tais como suspensão de corte pelo não pagamento de contas.

Notas Explicativas

c) O saldo de provisão para perdas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2021	31/12/2020
Clientes Particulares	304.375	232.015
Prefeituras Municipais	57.300	54.939
Totais	361.675	286.954

d) O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. A movimentação do ajuste a valor presente foi a seguinte:

Descrição	30/09/2021	31/12/2020
Saldos no Início do Período	(8.860)	(4.088)
Ajuste a Valor Presente	(4.799)	(4.772)
Saldos no Final do Período	(13.659)	(8.860)

7. DEPÓSITOS VINCULADOS

Os depósitos vinculados apresentam a seguinte composição:

Descrição	30/09/2021	31/12/2020
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	4.385	4.661
Reservas mantidas na CAIXA (1)	58.209	56.953
Outros Convênios (2)	9.806	-
Totais	72.400	61.614
Circulante	14.191	4.661
Não Circulante	58.209	56.953

(1) Contas reservas vinculadas a contratos de financiamentos em montante suficiente para o cumprimento das cláusulas contratuais;

(2) Convênio de cooperação técnica e financeira firmado com a Itaipu Binacional para desenvolvimento do projeto "Gestão de Recursos Hídricos e Segurança Hídrica na Região Oeste do Paraná".

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2021	31/12/2020
Adiantamentos a Empregados	30.268	11.280
Pagamentos Reembolsáveis	3.171	12.510
Depósitos Dados em Garantia	1.816	1.858
Fundo Municipal do Meio Ambiente (1)	45.598	47.005
Despesas Antecipadas	242	243
Títulos e Outros Créditos	759	753
Totais	81.854	73.649
Circulante	37.358	27.746
Não Circulante	44.496	45.903

(1) Antecipação de repasse aos Fundos Municipais de Meio Ambiente, conforme previsto em contrato de programa.

Notas Explicativas**9. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS**

A movimentação do Ativo Financeiro é a seguinte:

Descrição	31/12/2020	Adições	Receita de AVP	Despesas de AVP	30/09/2021
Investimento Não Amortizado	1.353.837	185.242	-	-	1.539.079
Ajuste a Valor Presente	(863.755)	(115.467)	16.391	(50)	(962.881)
Totais	490.082	(a) 69.775	16.391	(50)	576.198

a) Valor transferido da conta de ativo imobilizado e intangível, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 12c).

A taxa de desconto equivalente aplicada para o cálculo do Ajuste a Valor Presente no período foi de 4,1% (*spread* entre o IPCA projetado para o exercício e a taxa WACC) e levou em consideração Contratos de Programa com prazos entre 19 e 29 anos.

10. ATIVO DE CONTRATO

Apresenta a seguinte movimentação:

Descrição	31/12/2020	Adições	Capitalização de Juros	Baixas e Perdas	Transferências para Intangível e Imobilizado	30/09/2021
Projetos e Obras em Andamento	1.526.448	807.832	16.288	(31)	(588.294)	1.762.243
Estoques para Obras	108.354	17.043	-	-	-	125.397
Totais	1.634.802	824.875	16.288	(31)	(588.294)	1.887.640

Até o 3º trimestre de 2021 foi registrado como Ativo de Contrato o montante de R\$824.875 (R\$617.167 no mesmo período de 2020), decorrente de: (i) ampliação de Sistema de Abastecimento de Água principalmente nos municípios de Curitiba, Umuarama, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Fazenda Rio Grande; (ii) Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente nos municípios de Londrina, Curitiba, São José dos Pinhais, Almirante Tamandaré e Foz do Iguaçu. Foram transferidos para ativo intangível valores referentes a obras concluídas de ampliações de Sistema de Abastecimento de Água e de Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente, nos municípios de Cascavel, Curitiba, Ivaiporã, Londrina, Ibaiti e São José dos Pinhais.

Até este trimestre findo em 30 de setembro de 2021 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$16.288 (R\$15.981 no mesmo período de 2020). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização em relação ao total dos custos foi de 6,9%.

11. INVESTIMENTOS

A Companhia possui os seguintes investimentos:

Descrição	30/09/2021	31/12/2020
Investimento Controlado em Conjunto - CS Bioenergia S.A. (<i>Impairment Test</i>)	1.046	-
Outros Investimentos	1.985	2.352
Totais	3.031	2.352

Notas ExplicativasInvestimento Controlado em Conjunto – CS Bioenergia S. A.

A Companhia detém 40% da CS Bioenergia S.A., Companhia localizada ao lado da ETE – Estação de Tratamento de Esgoto Belém, que tem por objetivo a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos, orgânicos e do lodo produzido na referida ETE, além da produção de biogás e geração de energia através do processo de biodigestão. A CS Bioenergia S.A. iniciou parcialmente sua operação em junho de 2017 e em 2019 atingiu sua estabilidade operacional e iniciou o processo de transferência de créditos de energia elétrica para unidades consumidoras da Sanepar. O aporte financeiro realizado pela Companhia compreende o montante de R\$35.058 registrado em seu Capital Social e R\$1.046 a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC.

A participação da Companhia é contabilizada utilizando o método da equivalência patrimonial nas Informações Contábeis Intermediárias da investida, que estão sumarizadas a seguir:

Balanco Patrimonial - CS Bioenergia S.A.	30/09/2021	31/12/2020
Ativo Circulante	1.916	2.095
Ativo Não Circulante	56.070	59.907
• Imobilizado	52.969	43.360
• Arrendamento	-	14.483
• Outros	3.101	2.064
Ativo Total	57.986	62.002
Passivo Circulante	9.984	10.221
• Empréstimos, Financiamentos e Arrendamentos	6.849	7.328
• Outros	3.135	2.893
Passivo Não Circulante	9.517	10.066
• Empréstimos, Financiamentos e Arrendamentos	6.020	10.066
• Outros	3.497	-
Patrimônio Líquido	38.485	41.715
Passivo Total	57.986	62.002
Demonstração do Resultado - CS Bioenergia S.A.	30/09/2021	30/09/2020
Receita Bruta	10.051	11.631
(-) Custos dos Serviços	(12.664)	(11.182)
Resultado Bruto	(2.613)	449
(-) Despesas Operacionais	(2.104)	(1.715)
Resultado antes do Resultado Financeiro e Tributos	(4.717)	(1.266)
(-) Resultado Financeiro	(1.129)	(3.707)
Resultado Antes dos Tributos	(5.846)	(4.973)
IRPJ e CSLL	-	(31)
Prejuízo do Período	(5.846)	(5.004)

A movimentação do investimento no período é a seguinte:

Descrição	30/09/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	-	-
Aportes Financeiros	1.046	1.199
Resultado de Equivalência Patrimonial (percentual de participação de 40%)	(2.338)	(1.859)
Teste de Recuperabilidade de Ativos (<i>Impairment Test</i>) - (Constituição) /Reversão	2.338	660
Saldo no final do período	1.046	-

Notas Explicativas

Análise do Valor Recuperável do Investimento na CS Bioenergia S.A.

Em decorrência do atraso na conclusão e início da operação da planta da CS Bioenergia S.A., conforme preconizam o CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Sanepar efetuou ao final de 2020 o teste de recuperabilidade (“*impairment test*”) deste investimento, considerando o histórico de prejuízos e que os fluxos de caixas futuros apresentam resultados negativos, para o período analisado de 5 anos, concluiu que o investimento não possui valor recuperável. Desta forma, foi registrado no resultado da Companhia o impacto do *Impairment Test* do investimento na CS Bioenergia, sendo este valor ajustado com o reconhecimento da equivalência patrimonial do período.

Outros Investimentos

A Companhia possui cotas de investimento no FINAM (Fundo de Investimento da Amazônia) decorrentes de aplicação de Incentivo Fiscal do Imposto de Renda no montante de R\$2.201 e diversos investimentos sobre os quais não exerce influência significativa no montante de R\$417, sem prazo de vencimento e não possuem caráter de conversibilidade imediata, os quais trazidos a valor justo considerando a cotação do dia 30/09/2021 equivalem a R\$1.985.

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			30/09/2021	31/12/2020
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Bens de Uso Administrativo	361.984	(145.856)	216.128	222.921
Outras Imobilizações	1.066	(651)	415	1.430
Direito de Uso em Arrendamento	182.451	(108.609)	73.842	61.656
Totais	545.501	(255.116)	290.385	286.007

Por Natureza				30/09/2021	31/12/2020
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	2.922	-	2.922	2.932
Construções Civas	*1,84%	114.448	(20.817)	93.631	92.112
Benfeitorias	*2%	2.566	(819)	1.747	1.662
Instalações	*5,83%	9.842	(3.509)	6.333	7.804
Equipamentos	*6,23%	89.952	(34.425)	55.527	56.552
Móveis e Utensílios	*7,14%	51.728	(22.597)	29.131	30.688
Equipamentos de Informática	*19,82%	38.736	(27.360)	11.376	13.478
Veículos	*13,05%	27.642	(16.865)	10.777	11.859
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	23.420	(19.521)	3.899	5.064
Ferramentas	*6,67%	1.557	(594)	963	949
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	237	-	237	1.251
Direito de Uso em Arrendamento	*20,31%	182.451	(108.609)	73.842	61.656
Totais		545.501	(255.116)	290.385	286.007

* Taxa Média Ponderada

Notas Explicativas**b) Intangível**

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			30/09/2021	31/12/2020
Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	5.429.280	(1.820.856)	3.608.424	3.451.339
Sistemas de Esgoto	5.743.885	(1.450.008)	4.293.877	4.132.346
Resíduos Sólidos	6.155	(4.362)	1.793	1.891
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.117	(75.114)	50.003	51.412
Outros Ativos Intangíveis	209.071	(91.694)	117.377	97.675
Direito de Uso em Arrendamento	200.851	(17.657)	183.194	186.650
Totais	11.714.359	(3.459.691)	8.254.668	7.921.313

Por Natureza				30/09/2021	31/12/2020
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	206.502	-	206.502	198.544
Poços	*3,10%	164.565	(41.529)	123.036	115.650
Barragens	*2,67%	143.097	(62.965)	80.132	81.467
Construções Cíveis	*2,59%	2.576.535	(646.460)	1.930.075	1.876.928
Benfeitorias	*2,67%	35.281	(5.170)	30.111	28.388
Tubulações	*2,64%	5.890.883	(1.598.620)	4.292.263	4.077.316
Ligações Prediais	*3,33%	883.471	(282.169)	601.302	570.538
Instalações	*5,83%	204.080	(85.994)	118.086	137.947
Hidrômetros	*10%	260.985	(102.578)	158.407	140.853
Macromedidores	*10%	6.692	(4.843)	1.849	1.972
Equipamentos	*6,23%	750.516	(335.659)	414.857	394.731
Móveis e Utensílios	*7,14%	6.656	(4.012)	2.644	2.796
Equipamento de Informática	*19,82%	90.574	(84.508)	6.066	6.222
Programas de Informática	*20%	86.455	(52.572)	33.883	25.725
Veículos	*13,05%	20.164	(13.598)	6.566	7.172
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	25.947	(21.931)	4.016	5.581
Ferramentas	*6,67%	295	(217)	78	87
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	*6,25%	171	(138)	33	36
Proteção e Preservação Ambiental	*20%	33.526	(23.957)	9.569	8.289
Concessão do Município de Curitiba (1)	*1,50%	125.000	(75.000)	50.000	51.406
Concessão do Município de Cianorte (2)	*5%	117	(114)	3	5
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	1.996	-	1.996	3.010
Direito de Uso em Arrendamento	*17,90%	200.851	(17.657)	183.194	186.650
Totais		11.714.359	(3.459.691)	8.254.668	7.921.313

* Taxa Média Ponderada

(1) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa assinado em 6 de dezembro de 2001 e cuja concessão foi antecipadamente renovada em 5 de junho de 2018 mediante assinatura do contrato de programa em consonância com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e demais atos legais pertinentes;

(2) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa com a Prefeitura Municipal de Cianorte, assinado em 07 de março de 2002, para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

Notas Explicativas

Arrendamentos:

A Companhia possui contratos de Arrendamentos, com as seguintes características:

(i) contrato de locação de ativos avaliado em R\$199,3 milhões decorrente da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, cujo pagamento iniciou em fevereiro de 2017, com transferência substancial dos riscos e benefícios dos ativos os quais serão de propriedade da Companhia ao final do contrato; e

(ii) contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis, em que os riscos e benefícios da utilização dos bens permanecem com o arrendador. Estes contratos não ultrapassam o prazo de 5 anos.

As obrigações decorrentes destes contratos estão demonstradas na Nota Explicativa 13.

Destacamos que os contratos de Arrendamentos não tiveram nenhuma alteração nos termos e condições em função do Coronavírus (COVID-19).

Em 30 de setembro de 2021 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento registrado no Ativo Imobilizado e Intangível está demonstrado a seguir:

Por Contas				30/09/2021	31/12/2020
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Construções Civis	2,59%	37.434	(2.669)	34.765	35.235
Tubulações	2,64%	147.315	(11.343)	135.972	138.182
Ligações Prediais	3,33%	8.227	(1.087)	7.140	7.345
Instalações	5,83%	309	(88)	221	237
Equipamentos	6,23%	6.013	(1.558)	4.455	4.732
Arrendamento - Litoral		199.298	(16.745)	182.553	185.731
Veículos	13,05%	92.914	(64.254)	28.660	11.713
Construções Civis	2,59%	54.912	(17.425)	37.487	34.917
Equipamentos	6,23%	418	(398)	20	113
Equipamentos de Informática	19,82%	35.760	(27.444)	8.316	15.832
Arrendamento - Direito de Uso		184.004	(109.521)	74.483	62.575
Totais		383.302	(126.266)	257.036	248.306
Imobilizado		182.451	(108.609)	73.842	61.656
Intangível		200.851	(17.657)	183.194	186.650

A Companhia registrou no resultado o montante de R\$3.801 referente a contratos de arrendamentos de baixo valor e de curto prazo (inferiores a 12 meses).

Os Ativos decorrentes de contratos de arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:

Ativo	31/12/2020	Entradas	Amortizações	30/09/2021
Arrendamento - Litoral	185.731	-	(3.178)	182.553
Veículos	11.713	34.977	(18.030)	28.660
Construções Civis	34.917	10.070	(7.500)	37.487
Equipamentos	113	11	(104)	20
Equipamentos de Informática	15.832	507	(8.023)	8.316
Saldo	248.306	45.565	(36.835)	257.036

Notas Explicativas

c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no período de Janeiro a Setembro de 2021:

Descrição	31/12/2020	Adições	Depreciações e Amortizações	Baixas e Perdas	Transferência de Obras	Transferências	30/09/2021
Imobilizado							
Terrenos	2.932	-	-	-	(10)	-	2.922
Construções Cíveis	92.112	79	(1.699)	(671)	3.832	(22)	93.631
Benfeitorias	1.662	-	(37)	-	122	-	1.747
Instalações	7.804	148	(411)	-	(1.208)	-	6.333
Equipamentos	56.552	2.740	(3.739)	(26)	-	-	55.527
Móveis e Utensílios	30.688	920	(2.399)	(78)	-	-	29.131
Equipamentos de Informática	13.478	347	(2.310)	(139)	-	-	11.376
Veículos	11.859	564	(1.646)	-	-	-	10.777
Máquinas, Tratores e Similares	5.064	311	(1.476)	-	-	-	3.899
Ferramentas	949	75	(61)	-	-	-	963
Bens Patrimoniais a Incorporar	1.251	(1.014)	-	-	-	-	237
Direito de Uso em Arrendamento	61.656	45.565	(33.379)	-	-	-	73.842
Totais Imobilizado	286.007	49.735	(47.157)	(914)	2.736	(22)	290.385
Intangível							
Terrenos	198.544	3.921	-	(17)	4.054	-	206.502
Poços	115.650	-	(1.513)	(2.126)	11.089	(64)	123.036
Barragens	81.467	161	(2.277)	-	936	(155)	80.132
Construções Cíveis	1.876.928	2.719	(46.609)	(465)	122.659	(25.157)	1.930.075
Benfeitorias	28.388	351	(662)	-	2.464	(430)	30.111
Tubulações	4.077.316	22.828	(107.465)	(783)	342.426	(42.059)	4.292.263
Ligações Prediais	570.538	92	(20.173)	(367)	53.039	(1.827)	601.302
Instalações	137.947	863	(9.014)	-	(11.710)	-	118.086
Hidrômetros	140.853	-	(17.169)	(2.453)	37.176	-	158.407
Macromedidores	1.972	-	(254)	-	131	-	1.849
Equipamentos	394.731	26.296	(22.666)	(3.493)	19.989	-	414.857
Móveis e Utensílios	2.796	71	(231)	(21)	29	-	2.644
Equipamentos de Informática	6.222	-	(1.127)	(4)	975	-	6.066
Programas de Informática	25.725	15.726	(7.513)	(55)	-	-	33.883
Veículos	7.172	301	(907)	-	-	-	6.566
Máquinas, Tratores e Similares	5.581	-	(1.565)	-	-	-	4.016
Ferramentas	87	-	(9)	-	-	-	78
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	36	-	(3)	-	-	-	33
Proteção e Preservação Ambiental	8.289	684	(1.644)	-	2.301	(61)	9.569
Concessão do Município de Curitiba	51.406	-	(1.406)	-	-	-	50.000
Concessão do Município de Cianorte	5	-	(2)	-	-	-	3
Bens Patrimoniais a Incorporar	3.010	(1.014)	-	-	-	-	1.996
Direito de Uso em Arrendamento	186.650	-	(3.456)	-	-	-	183.194
Total Intangível	7.921.313	72.999	(245.665)	(9.784)	585.558	(69.753)	8.254.668
Total Geral	8.207.320	122.734	(292.822)	(10.698)	(a) 588.294	(b) (69.775)	8.545.053

a) Valor transferido da conta Ativo de Contrato (nota explicativa 10);

b) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 9).

d) Análise do Valor Recuperável de Ativos

Em decorrência dos impactos do Coronavírus (COVID-19), conforme descritos na Nota Explicativa 30, a Companhia reavaliou o estudo técnico realizado no encerramento do Exercício Social de 2020 e não identificou valor a ser reconhecido como perda (“*impairment*”) até o 3º trimestre de 2021.

Notas Explicativas

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTOS

a) A composição de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos é a seguinte:

Descrição	Taxa de Juros Anual	Indexador	30/09/2021			31/12/2020		
			Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Em Reais:								
Debêntures 8ª Emissão - 1ª Série	106,50% do DI	-	-	-	-	95.020	-	95.020
Cédula de Crédito Bancário - CCB	DI + 2,75%	-	99.681	-	99.681	132.665	66.205	198.870
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	108,00% do DI	-	2.174	154.951	157.125	22	154.902	154.924
BNDES	TJLP + 1,82%	-	7.689	2.554	10.243	7.705	8.300	16.005
Banco do Brasil - PSI	3,00% a 6,00%	-	3.380	3.125	6.505	3.385	5.652	9.037
Debêntures 2ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,92%	-	12.319	24.438	36.757	12.347	33.602	45.949
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	9,19%	IPCA	21.289	42.092	63.381	21.710	58.959	80.669
Debêntures 2ª Emissão - 3ª Série	TJLP + 1,92%	-	16.426	32.584	49.010	16.462	44.803	61.265
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	106,05% do DI	-	2.978	199.099	202.077	174	199.076	199.250
Banco Itaú - PSI	3,00% a 6,00%	-	3.559	5.388	8.947	3.566	8.044	11.610
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	107,25% do DI	-	2.288	150.789	153.077	140	150.776	150.916
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,65%	-	-	127.528	127.528	-	-	-
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,67%	-	24.235	115.338	139.573	24.287	133.237	157.524
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	14.959	70.999	85.958	14.001	76.583	90.584
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	4,66%	IPCA	-	380.071	380.071	3.529	354.050	357.579
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	4,25%	IPCA	-	213.697	213.697	-	-	-
BNDES - PAC2	TJLP + 1,67% a 2,05%	-	47.879	233.180	281.059	49.561	262.979	312.540
Arrendamento Litoral	11,14%	IPC-FIPE	12.180	286.816	298.996	10.282	267.633	277.915
Arrendamento Direito Uso	5,04%	-	62.021	38.158	100.179	44.099	36.037	80.136
Debêntures 11ª Emissão - 3ª Série	4,49%	IPCA	-	165.848	165.848	-	-	-
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série *	5,20%	IPCA	3.152	42.931	46.083	1.108	44.922	46.030
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série *	4,79%	IPCA	5.111	70.137	75.248	1.675	69.285	70.960
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	1.259	20.777	22.036	270	20.295	20.565
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	2.017	33.570	35.587	401	31.129	31.530
BNDES - AVANÇAR	3,56% a 3,96%	IPCA	172	26.915	27.087	4	24.972	24.976
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,00%	TR	71.569	1.191.041	1.262.610	79.092	1.066.008	1.145.100
Total em Reais			416.337	3.632.026	4.048.363	521.505	3.117.449	3.638.954
Em Moeda Estrangeira:								
Banco KfW	1,35%	EURO	39	10.630	10.669	-	8.634	8.634
Total em Moeda Estrangeira			39	10.630	10.669	-	8.634	8.634
Saldo no Final do Período			416.376	3.642.656	4.059.032	521.505	3.126.083	3.647.588
Empréstimos e Financiamentos			233.968	1.472.833	1.706.801	275.978	1.450.794	1.726.772
Debêntures			108.207	1.844.849	1.953.056	191.146	1.371.619	1.562.765
Arrendamentos			74.201	324.974	399.175	54.381	303.670	358.051

* IPCA como componente variável da TLP

Dívida em Moeda Estrangeira:

Em 11 de dezembro de 2017 a Companhia assinou contrato de Empréstimo com o Banco KfW no valor de EUR 50 milhões, com bonificação de juros fornecidos pela República Federativa da Alemanha para projetos que atendam aos critérios de elegibilidade da política de desenvolvimento conforme termos que cumprem os requisitos da OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico para o reconhecimento como Assistência Oficial ao Desenvolvimento. A primeira liberação de recursos ocorreu em agosto de 2019.

A Companhia usará o Empréstimo exclusivamente para financiar a promoção do programa DKTÍ de promoção da tecnologia de biogás que favorecem o clima no Estado do Paraná referente: (i) reabilitação, ampliação e construção de sistemas e estações de tratamento de esgoto; (ii) coleta, tratamento, disposição e utilização de biogás oriundo de estações de tratamento de esgoto; (iii) tratamento de lodo; (iv) equipamentos e acessórios; e (v) serviços de consultoria.

Notas Explicativas

A Companhia irá promover a execução das atividades previstas contratualmente e o Banco KfW desembolsará os valores até 30/06/2023. Semestralmente será devido o pagamento de taxa de compromisso de 0,25% a.a. sobre o montante ainda não desembolsado e juros de 1,35% a.a. sobre o montante desembolsado. A dívida será amortizada em 21 pagamentos semestrais, contados a partir de 30 de dezembro de 2022.

Durante todo o prazo de vigência do contrato a Companhia deverá cumprir os *covenants* conforme item “f” desta Nota Explicativa.

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de proteção (hedge) junto ao Banco Bradesco S/A, Banco Santander Brasil S/A e Itaú Unibanco S/A, os quais foram assinados em 06/11/2017, 07/12/2017 e 22/01/2018 respectivamente, para mitigar o risco cambial assumindo como contrapartida uma variação do CDI, conforme descrito na Nota Explicativa 4.1. Até a data de 30 de setembro de 2021 houve liberação de €1.813 mil pelo Banco KfW, sendo realizadas operações de Swap para proteção da taxa de juros e variação cambial, sem caráter especulativo, convertendo os encargos financeiros para 129,37% do CDI (média ponderada), o que representa o percentual de 3,89% para uma taxa de 3,01 % do CDI.

Arrendamentos:

As obrigações decorrentes de Arrendamentos são alocadas a encargos financeiros e redução do passivo correspondente, refletindo em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os passivos de Arrendamentos possuem as seguintes características:

(i) O contrato de locação de ativos decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná (Arrendamento – Litoral), prevê atualização monetária anual do saldo devedor atrelado ao IPC-FIPE durante a vigência do contrato. A taxa de desconto aplicada no reconhecimento inicial deste contrato foi realizada no período em que ocorreram as entregas das etapas contratuais, sendo a taxa média ponderada de 11,1%; e

(ii) Os contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis (Arrendamento – Direito de Uso), não possuem prazo contratual superior a 5 anos. A taxa de empréstimo incremental (média ponderada) aplicada aos passivos destes arrendamentos varia de acordo com período em que são assinados, momento em que é realizado o respectivo registro contábil inicial. Em 1º de janeiro de 2019 a taxa média ponderada de desconto aplicada aos contratos foi de 6,88%. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa média ponderada de desconto aplicada no reconhecimento destes contratos foi de 6,76%, em 31 de dezembro de 2020 foi de 6,12% e em 30 de setembro de 2021 foi de 5,04%. A Companhia não tem pagamentos de aluguel variável nos seus contratos de arrendamento, também não tem operação de venda e transação de “*leaseback*” de ativos.

O passivo de arrendamentos reconhecido contabilmente pela Companhia está bruto de PIS/COFINS, e apresenta a seguinte movimentação:

Passivo	31/12/2020	Entradas	Encargos Financeiros	Pagamentos	30/09/2021
Arrendamento - Litoral	277.915	-	48.628	(27.547)	298.996
Arrendamento - Direito de Uso	80.136	45.565	3.380	(28.902)	100.179
Totais	358.051	45.565	52.008	(56.449)	399.175
Circulante	54.381				74.201
Não Circulante	303.670				324.974

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2021 o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas referente aos Arrendamentos está demonstrado a seguir:

Descrição	Pagamentos Futuros Mínimos	Encargos Financeiros	30/09/2021	31/12/2020
			Valor Presente dos Pagamentos Futuros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros
Arrendamento - Litoral				
Menos de um ano	40.626	(28.447)	12.179	10.282
Mais de um ano e menos de cinco anos	161.304	(113.751)	47.553	40.227
Acima de cinco anos	388.757	(149.493)	239.264	227.406
Subtotal	590.687	(291.691)	298.996	277.915
Arrendamento - Direito de Uso				
Menos de um ano	64.825	(2.804)	62.021	44.099
Mais de um ano e menos de cinco anos	40.177	(2.019)	38.158	36.037
Subtotal	105.002	(4.823)	100.179	80.136
Totais	695.689	(296.514)	399.175	358.051

O passivo de arrendamento de direito de uso foi mensurado considerando a taxa de desconto de empréstimo incremental, com a incorporação de inflação projetada, e apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2021
Veículos	32.499
Bens Móveis	16.333
Bens Imóveis	41.937
Total	90.769

A seguir apresentamos os fluxos de pagamentos futuros, considerando o juro incremental e inflação projetada até o vencimento dos contratos, por natureza de arrendamento, em relação aos compromissos de arrendamento de direito de uso:

Descrição	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Veículos	5.927	22.872	4.734	-	-	-	33.533
Bens Móveis	3.927	9.032	4.103	38	40	31	17.171
Bens Imóveis	2.026	8.473	9.062	9.698	10.418	8.322	47.999
Total	11.880	40.377	17.899	9.736	10.458	8.353	98.703

A composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	30/09/2021	31/12/2020
TR	1.262.610	1.145.100
TJLP	516.642	593.283
IPCA	1.114.996	722.893
DI	739.488	798.980
IPC-FIPE	298.996	277.915
EURO	10.669	8.634
Sem Correção Monetária	115.631	100.783
Totais	4.059.032	3.647.588

Notas Explicativas**b) Descritivos dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos:**

Descrição	Período de Emissão	Vencimento Final	Valor Contratado	Quantidade Debêntures	Pagamentos	
					Amortizações	Juros
Cédula de Crédito Bancário - CCB	2020	2022	200.000	-	Mensal	Mensal
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	2018	2023	155.000	15.500	2023	Semestral
BNDES - 1 Contrato	2007	2023	81.357	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	2019	2024	199.150	19.915	2024	Semestral
Banco do Brasil - PSI - 11 Contratos	2013 a 2014	2024	30.793	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 1ª e 3ª Séries	2011	2024	261.304	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	2011	2024	118.547	3.000	Anual	Anual
Banco Itaú - PSI - 13 Contratos	2013 a 2014	2025	33.175	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	2019	2026	150.850	15.085	2026	Semestral
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	2021	2026	130.000	130.000	2025/2026	Semestral
Arrendamento - Direito de Uso	2016 a 2021	2021 a 2026	98.952	-	Mensal	Mensal
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	2014	2027	223.716	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	2014	2027	95.590	3.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	2020	2027	350.000	35.000	2027	Semestral
BNDES - PAC2 - 4 Contratos	2011 a 2014	2029	629.594	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	2021	2029	208.300	208.300	2029	Semestral
Debêntures 11ª Emissão - 3ª Série	2021	2031	161.700	161.700	2031	Semestral
Banco KfW (Euro)	2017	2032	50.000	-	Semestral	Semestral
Arrendamento - Litoral	2013	2036	460.592	-	Mensal	Mensal
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série	2018	2038	47.279	19.733	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série	2018	2038	120.437	50.267	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	2018	2038	20.263	8.457	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	2018	2038	51.616	21.543	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
BNDES - AVANÇAR	2020	2040	254.788	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Caixa Econômica Federal - 295 Contratos	2003 a 2018	2042	3.163.357	-	Mensal	Mensal

Notas Explicativas**c) O cronograma de amortização é o seguinte:**

Descrição	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Debêntures 2ª Emissão	7.605	49.557	49.557	42.429	-	-	-	-
Debêntures 4ª Emissão	10.277	38.555	38.555	38.555	38.555	38.555	22.479	-
Debêntures 7ª Emissão	3.772	10.351	10.337	10.337	10.337	10.337	10.341	10.364
Debêntures 8ª Emissão	2.174	-	154.951	-	-	-	-	-
Debêntures 9ª Emissão	5.266	-	-	199.099	-	150.789	-	-
Debêntures 10ª Emissão	-	-	-	-	-	-	380.071	-
Debêntures 11ª Emissão	-	-	-	-	63.764	63.764	-	-
Subtotais Debêntures	29.094	98.463	253.400	290.420	112.656	263.445	412.891	10.364
BNDDES	1.943	7.661	639	-	-	-	-	-
BNDDES - PAC2	13.202	45.833	44.622	44.622	44.622	39.460	25.805	21.255
BNDDES - AVANÇAR	172	-	753	1.585	1.585	1.585	1.585	1.585
Banco do Brasil - PSI	853	3.369	2.093	190	-	-	-	-
Banco Itaú - PSI	903	3.542	3.056	1.420	26	-	-	-
Cédula de Crédito Bancário - CCB	33.475	66.206	-	-	-	-	-	-
Caixa Econômica Federal	19.398	69.515	72.055	76.534	81.293	85.559	90.275	94.727
Banco KfW	39	537	1.009	1.009	1.009	1.009	1.009	1.009
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	69.985	196.663	124.227	125.360	128.535	127.613	118.674	118.576
Arrendamento - Litoral	5.910	9.557	10.530	11.615	12.826	14.179	15.690	17.381
Arrendamento - Direito de Uso	33.798	36.413	16.388	7.385	4.713	1.482	-	-
Subtotais Arrendamentos	39.708	45.970	26.918	19.000	17.539	15.661	15.690	17.381
Totais	138.787	341.096	404.545	434.780	258.730	406.719	547.255	146.321

Descrição	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035 a 2042	Total
Debêntures 2ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	149.148
Debêntures 4ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	225.531
Debêntures 7ª Emissão	10.364	10.364	10.364	10.364	10.364	10.364	40.594	178.954
Debêntures 8ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	157.125
Debêntures 9ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	355.154
Debêntures 10ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	380.071
Debêntures 11ª Emissão	213.697	-	165.848	-	-	-	-	507.073
Subtotais Debêntures	224.061	10.364	176.212	10.364	10.364	10.364	40.594	1.953.056
BNDDES	-	-	-	-	-	-	-	10.243
BNDDES - PAC2	1.638	-	-	-	-	-	-	281.059
BNDDES - AVANÇAR	1.585	1.585	1.585	1.585	1.585	1.585	8.727	27.087
Banco do Brasil - PSI	-	-	-	-	-	-	-	6.505
Banco Itaú - PSI	-	-	-	-	-	-	-	8.947
Cédula de Crédito Bancário - CCB	-	-	-	-	-	-	-	99.681
Caixa Econômica Federal	93.490	88.101	80.199	60.070	57.652	50.192	243.550	1.262.610
Banco KfW	1.009	1.009	1.009	1.012	-	-	-	10.669
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	97.722	90.695	82.793	62.667	59.237	51.777	252.277	1.706.801
Arrendamento - Litoral	19.275	21.396	23.774	26.442	29.437	32.801	48.183	298.996
Arrendamento - Direito de Uso	-	-	-	-	-	-	-	100.179
Subtotais Arrendamentos	19.275	21.396	23.774	26.442	29.437	32.801	48.183	399.175
Totais	341.058	122.455	282.779	99.473	99.038	94.942	341.054	4.059.032

Notas Explicativas**d) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:**

Descrição	30/09/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldos no início do período	521.505	3.126.083	357.213	2.723.218
Liberações	-	703.004	-	860.789
Juros e Taxas sobre Financiamentos	171.422	-	197.045	-
Variações Monetárias sobre Financiamentos	-	60.338	-	23.685
Transferências	263.902	(263.902)	480.325	(480.325)
Amortizações	(611.338)	-	(565.873)	-
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	(217)	(9.154)	(1.290)	(9.981)
Variações Cambiais	-	(184)	-	1.317
Juros e Atualizações Monetárias Arrendamentos	25.537	26.471	34.307	7.380
Arrendamentos	45.565	-	19.778	-
Saldos no final do período	416.376	3.642.656	521.505	3.126.083

e) Os Principais eventos no período foram os seguintes:

Até o 3º trimestre de 2021 a Companhia obteve e amortizou recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

Indexador	Liberações	Amortizações
Debêntures 2ª Emissão	-	(54.703)
Debêntures 4ª Emissão	-	(40.283)
Debêntures 7ª Emissão	5.674	(14.831)
Debêntures 8ª Emissão	-	(98.244)
Debêntures 9ª Emissão	-	(4.352)
Debêntures 10ª Emissão	-	(17.269)
Debêntures 11ª Emissão	500.000	(11.480)
BNDES	-	(6.382)
BNDES - PAC2	5.500	(50.999)
BNDES - AVANÇAR	-	(545)
Banco do Brasil - PSI	-	(2.756)
Banco Itaú - PSI	-	(3.036)
Cédula de Crédito Bancário - CCB	-	(106.443)
Caixa Econômica Federal	189.703	(143.504)
Banco KfW	2.127	(62)
Subtotal	703.004	(554.889)
Arrendamentos (1)	45.565	(56.449)
Totais	748.569	(611.338)

(1) Liberações representam direito de uso (sem impacto no caixa)

Notas Explicativas

f) Cláusulas Contratuais Restritivas – *Covenants (Informações não auditadas e não revisadas pelos auditores independentes)*

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

(i) *Covenants* de contratos do BNDES, e das 2^a, 4^a e 7^a Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Faixa
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0

(ii) *Covenants* dos contratos da 8^a, 9^a, 10^a e 11^a Emissão de Debêntures e de Cédula de Crédito Bancário - CCB

Índice	Limite
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0

(iii) *Covenants* de contratos da Caixa Econômica Federal

Índice	Limite
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0

(iv) *Covenants* do contrato do Banco KfW

Índice	Limite
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0
Grau de Endividamento	Igual ou inferior a 60

Para os contratos de financiamentos do BNDES, incluindo o novo contrato denominado “Avançar”, e da 2^a, 4^a e 7^a Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula “Cessão Fiduciária de Direitos” relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii), da 8^a, 9^a, 10^a e 11^a emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e para a Cédula de Crédito Bancário - CCB contratada junto ao Banco BTG Pactual, sendo que a mesma não confere qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Notas Explicativas

Em relação aos contratos da Caixa Econômica Federal, relacionados à 3ª fase da Instrução Normativa 14 e Instrução Normativa 29, em conformidade com o Item 16.1 da Cláusula Sexta dos referidos contratos, a Companhia deverá manter durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação ao contrato do Banco KfW, conforme item 11.11 do contrato de empréstimo, a Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato os índices estipulados acima.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia está atendendo integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures, financiamentos do BNDES, da Caixa Econômica Federal, do Banco KfW e da CCB junto ao Banco BTG Pactual.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2021	31/12/2020
Imposto de Renda a Pagar	36.405	-
Contribuição Social a Pagar	14.628	-
COFINS a Pagar	26.986	25.202
PASEP a Pagar	5.842	5.464
IPTU - Parcelamento (1)	277	670
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	11.077	41.460
Totais dos Impostos e Contribuições	95.215	72.796
Circulante	95.215	72.691
Não Circulante	-	105

(1) Valor do débito de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) junto ao município de Curitiba, pertinente ao imóvel objeto de desapropriação judicial da área ocupada pela ETE CIC/Xisto, referente ao período de 2002 a 2013, englobando juros, correção monetária e honorários advocatícios de 10% sobre o montante total da dívida. O montante da dívida, de R\$1.664, foi parcelado pela Companhia em 90 parcelas mensais atualizadas pela variação do IPCA, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, sendo que até 30/09/2021 foram quitadas 85 parcelas no montante de R\$2.915.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

Descrição	30/09/2021		30/09/2020	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.195.350	1.195.350	975.410	975.410
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	(298.837)	(107.581)	(243.853)	(87.787)
Benefício da Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	37.771	13.598	37.672	13.562
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (1)	6.055	-	9.770	-
Incentivo Empresa Cidadã (2)	469	-	402	-
Equivalência Patrimonial	(584)	(211)	(500)	(181)
Outros	(234)	(148)	405	91
Totais das Despesas	(255.360)	(94.342)	(196.104)	(74.315)
Totais do Imposto de Renda e Contribuição Social	(349.702)		(270.419)	
Alíquota Efetiva	29,3%		27,7%	

(1) De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;

(2) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

Notas Explicativas**b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos**

A composição no resultado do período apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2021	30/09/2020
Imposto de Renda	(274.277)	(243.706)
Contribuição Social	(100.793)	(91.108)
Realização do Imposto de Renda Diferido	18.917	47.602
Realização da Contribuição Social Diferida	6.451	16.793
Totais	(349.702)	(270.419)

Os impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

Descrição	Prazo Estimado de Realização	30/09/2021			31/12/2020	
		Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
ATIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	962.881	240.720	86.659	327.379	293.677
Arrendamento - Litoral (Ativo)	20 anos	298.996	74.749	26.910	101.659	94.491
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	1.215.503	303.876	109.395	413.271	398.260
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	10 anos	11.218	2.804	1.010	3.814	3.955
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	601.598	150.399	54.144	204.543	185.190
Arrendamento - Direito de Uso (Ativo)	5 anos	100.179	25.045	9.016	34.061	27.246
Redução ao Valor Recuperável de Ativos - CS Bionergia	5 anos	14.348	3.587	1.291	4.878	5.673
AVP de Contas a Receber	5 anos	13.659	3.415	1.229	4.644	3.012
Valor Realizável Líquido de Estoque	5 anos	651	163	59	222	929
AVJ - Investimentos Avaliados ao Valor Justo	5 anos	582	146	52	198	90
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	55.364	13.841	4.983	18.824	17.619
Provisão para Perdas Esperadas com Clientes - CPC 48	3 anos	18.608	4.652	1.675	6.327	4.192
PAI - Programa de Aposentadoria Incentivada	1 ano	135	34	12	46	26.274
Provisão para PPR	1 ano	59.618	14.904	5.366	20.270	23.882
Totais		838.335	301.801	301.801	1.140.136	1.084.490
PASSIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	898.750	224.687	80.888	305.575	275.185
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	24 anos	111.791	27.948	-	27.948	28.943
Arrendamento - Litoral (Passivo)	20 anos	182.553	45.638	16.430	62.068	63.149
Doações de Órgãos Públicos	20 anos	11.550	2.888	1.039	3.927	3.923
Reserva de Reavaliação	13 anos	91.501	22.875	8.235	31.110	33.120
Arrendamento - Direito de Uso (Passivo)	5 anos	74.467	18.617	6.702	25.319	21.270
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	3 anos	6.840	1.710	616	2.326	2.405
Totais		344.363	113.910	113.910	458.273	427.995
Total Líquido		493.972	187.891	187.891	681.863	656.495

Notas Explicativas**d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**

A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 30 de setembro de 2021, é a seguinte:

Períodos de Realização	Ativo Fiscal Diferido			Passivo Fiscal Diferido		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
2021	10.026	3.609	13.635	4.609	1.546	6.155
2022	54.874	19.754	74.628	18.434	6.184	24.618
2023	58.462	21.046	79.508	18.434	6.184	24.618
2024	39.969	14.389	54.358	17.675	5.911	23.586
2025	190.369	68.533	258.902	17.675	5.911	23.586
2026 a 2028	97.068	34.945	132.013	39.883	13.001	52.884
2029 a 2031	97.919	35.251	133.170	39.883	13.001	52.884
2032 a 2034	96.496	34.739	131.235	35.816	11.537	47.353
2035 a 2037	71.173	25.622	96.795	33.782	10.805	44.587
2038 a 2040	35.721	12.860	48.581	33.782	10.805	44.587
2041 a 2043	24.072	8.666	32.738	26.345	8.128	34.473
2044 a 2046	24.072	8.666	32.738	22.469	8.089	30.558
2047 a 2049	24.072	8.666	32.738	22.469	8.089	30.558
2050	14.042	5.055	19.097	13.107	4.719	17.826
Totais	838.335	301.801	1.140.136	344.363	113.910	458.273

16. RECEITAS A APROPRIAR

A Companhia possui contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, com vigência a partir de março/2017, no montante de R\$21.000. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mensalmente, pelo prazo do contrato de acordo com o regime de competência. O montante reconhecido no resultado até o 3º trimestre de 2021 foi de R\$3.150 (R\$3.150 no mesmo período de 2020). O saldo em 30 de setembro de 2021 é de R\$1.750 (R\$4.900 em 31/12/2020), sendo este valor registrado no passivo circulante.

17. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS**a) Provisões**

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

Natureza	31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	30/09/2021
Ações Trabalhistas (i)	318.722	46.339	(10.533)	(23.272)	331.256
Ações Cíveis (ii)	201.171	25.565	(165)	(4.759)	221.812
Ações Ambientais (iii)	16.866	29.622	(4.995)	(94)	41.399
Ações Tributárias (iv)	7.918	58	(845)	-	7.131
Operação Ductos (v)	-	5.949	(5.949)	-	-
Totais	544.677	107.533	(22.487)	(28.125)	601.598

Notas Explicativas

Principais eventos no período:

Provisão cível no montante de R\$16.696, referente ação judicial de indenização por acidente de trânsito, em decorrência de vazamento de água, causando desmoronamento do talude, ocasionando o lançamento de lama na rodovia.

Provisão ambiental no montante de R\$26.321, decorrente de Auto de Infração Ambiental lavrado pelo IBAMA, referente ao lançamento de resíduos de esgoto em desacordo com as exigências estabelecidas em Leis e Atos Normativos.

Complemento de provisão trabalhista no montante de R\$5.427, referente ação movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, relativa a diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, bem como a atualização dos valores provisionados de 146 ações trabalhistas devido a decisões judiciais. Em contrapartida houve redução das provisões no valor de R\$19.571, em razão do arquivamento e baixa definitiva de processos.

Em decorrência do encerramento dos trabalhos da fase I da “Comissão Força Tarefa”, em relação a Operação Ductos, a Companhia reverteu a provisão realizada no 2º trimestre de 2021 no montante de R\$5.949, e consolidou os valores com os achados da equipe de investigação independente e efetuou o registro contábil conforme demonstrado na Nota Explicativa 24.

b) Passivos Contingentes

A Companhia baseada na natureza das ações nas quais está envolvida, e suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

Natureza	Passivos Contingentes	
	30/09/2021	31/12/2020
Ações Trabalhistas (i)	73.688	44.051
Ações Cíveis (ii)	631.968	494.577
Ações Ambientais (iii)	314.315	388.910
Ações Tributárias (iv)	23.816	23.414
Totais	1.043.787	950.952

(i) Trabalhistas

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. As principais ações que a Companhia se encontra envolvida são referentes à: i) plano de cargos e salários; ii) adicionais de risco, insalubridade e noturno; iii) reintegração funcional; iv) equiparação salarial; v) redução da contribuição patronal ao plano de saúde; vi) multas FGTS 40% e vii) acidente de trabalho.

Notas Explicativas

(ii) Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se à: i) ressarcimento de custos incorridos pela substituição de material e ii) outros processos decorrentes de indenização referente à suspensão do contrato, acidentes de trânsito, danos materiais, lucros cessantes, entre outros.

(iii) Ambientais

A Companhia possui diversas ações ambientais, relacionadas a autos de infração emitidos por órgãos ambientais Municipais, Estadual e Federal, motivadas por diferentes não conformidades, apresentadas prioritariamente no processo de esgoto, conforme especificado a seguir: i) Vazamento e extravasamento de redes coletoras; ii) Deficiências no licenciamento ambiental e outorgas das Estações de Tratamento de Esgoto – ETE; iii) Lançamento de efluentes das estações de tratamento de esgoto em desacordo com os parâmetros exigidos pela legislação; e iv) Destinação incorreta dos resíduos (lodo) decorrentes do tratamento.

Alguns autos de infração estão sendo questionados tanto no âmbito administrativo, junto aos respectivos órgãos, quanto judicialmente.

Em decorrência dos autos de infração lavrados pelo IBAMA, este Órgão Federal ajuizou nos anos de 2014 e 2015, 17 Ações Cíveis Públicas (ACP) que tramitam perante a 11ª Vara Federal de Curitiba. Em 2018, foram firmados 17 Termos de Acordos Judiciais – TAJ nestas Ações Cíveis Públicas, devidamente subscritos pelo Ministério Público Federal, IBAMA e Instituto Água e Terra - IAT e homologados pelo Juízo Federal. Das 251 ETE, em operação, que compõem o Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) da Sanepar, 183 foram abrangidas nestes Termos de Acordo Judicial (TAJ).

Em 2019, o Juízo da 11ª Vara Federal de Curitiba decidiu pelo não cumprimento de dois acordos (ACP 5001669-33.2015.4.04.7015 e ACP 5001739-56.2015.4.04.7013) quanto a uma Cláusula neles prevista que obrigam a Companhia ao pagamento de multa no valor estimado de R\$ 14,6 milhões. O referido valor foi divulgado a época como passivo contingente, com probabilidade de perda "Possível". A Companhia recorreu ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, obtendo liminarmente a suspensão dos efeitos da decisão.

Em abril de 2021 o TRF 4 julgou procedentes os dois recursos da SANEPAR. As decisões transitaram em julgado e o valor de perda foi retirado do passivo.

Em dezembro de 2020 a Companhia concluiu a repactuação dos acordos junto ao IBAMA e Instituto Água e Terra, com a realização de ajustes de alguns cronogramas de obras e elaboração de novas cláusulas com estabelecimento de compensações dos respectivos acordos firmados em 2018. No primeiro trimestre de 2021 a repactuação dos acordos foi apresentada em juízo, atualmente aguardando manifestação do Ministério Público Federal e posterior análise do juízo da 11ª Vara Federal de Curitiba.

(iv) Tributárias

As ações tributárias relacionam-se, principalmente, a cobrança de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) decorrente de divergências de interpretação da legislação. As principais ações relacionam-se com questionamentos dos municípios de Londrina, Paranavaí, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Porecatu, Maringá e Pinhais.

Notas Explicativas

c) Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A composição é a seguinte:

Natureza	Depósitos Judiciais	
	30/09/2021	31/12/2020
Ações Trabalhistas	264.335	227.969
Ações Cíveis	96.022	73.575
Ações Ambientais	5.331	5.096
Ações Tributárias	15.446	13.835
Totais	381.134	320.475

18. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

Em virtude do Coronavírus (COVID-19), o mercado financeiro e o setor de saúde foram afetados significativamente, por isso destacamos a seguir os reflexos para os planos de aposentadoria (Fusanprev) e assistência médica (Sanesaúde), patrocinados pela Companhia:

Fusanprev: O trimestre findo em 30 de setembro de 2021 foi marcado pela evolução na vacinação da COVID atingindo um contingente de mais de 100 milhões de brasileiros totalmente vacinados (47,2% da população), resultando na menor média móvel de vítimas da doença desde abril de 2020 em contraponto ocorreram impactos negativos para o mercado financeiro decorrentes da inflação persistente alta, da crise hídrica e energética no cenário nacional aliado a crises energéticas enfrentadas pela China e Europa influenciando o aumento no preço do petróleo, carvão e gás natural, justificando uma revisão para cima das expectativas de inflação e para baixo do crescimento do PIB. Neste cenário o plano Fusanprev apresentou rentabilidade negativa de 0,14% no 3º trimestre, abaixo do índice de referência do mercado, CDI - Certificado de Depósito Interbancário, que ficou em 1,23% e abaixo do mínimo atuarial do Plano que foi de 4,46% no mesmo período. Para este cenário foi aprovado em Dezembro de 2020 a Política de Investimentos para o Exercício de 2021 e um novo estudo de ALM (*Asset Liability Management*), mantendo uma carteira de investimentos diversificada e com perfil moderado, aplicada em várias classes de ativos, com perfil de médio e longo prazo, propiciando obter liquidez suficiente para honrar o pagamento de benefícios. Considerando: (i) a estrutura de governança da FUSAN para tomada de decisão, seguindo os aconselhamentos dos órgãos reguladores ligados a Previdência Complementar, (ii) pela prática de estar monitorando atentamente os investimentos realizados, verificando inclusive as oportunidades de investimentos surgidas na crise, (iii) que o cenário econômico global se apresenta desafiador, porém incerto e de baixa previsibilidade, decorrente principalmente do aumento da inflação em todo o mundo e das crises energética na Europa e China e no mercado imobiliário chinês, (iv) que a economia brasileira enfrenta um ambiente de inflação corrente elevada e a expectativa do IPCA para 2021 seja superior a 8% e em torno de 4,1% em 2022, (v) a indicação pelo Banco Central do Brasil de que a taxa de juros - SELIC estimada para o final de 2021 será de 8,25% e 8,75% para o final de 2022, e (vi) que o Ministério da Economia manteve a projeção de crescimento do PIB superior a 5% em 2021 e próximo a 2% em 2022, não estimamos qualquer alteração nos valores provisionados para o encerramento deste trimestre.

Notas Explicativas

Sanesaúde: O plano apresentou resultado deficitário acumulado até o encerramento do 3º Trimestre de 2021 no valor de R\$8,7 milhões, devido principalmente a procedimentos de alto custo com tratamentos mais complexos tais como câncer, coração e COVID (houve aumento significativo de casos e internamentos no período de março a maio de 2021, refletindo nos aumentos dos custos), além do registro contábil da Provisão PEONA SUS, que havia sido prorrogada para o Exercício de 2021. Destaca-se que até o momento o impacto dos casos de COVID-19 sobre as despesas do Plano ainda foi limitado e devido ao avanço do programa de vacinação ocorreu uma redução dos casos de internamento a partir de junho de 2021 e caindo drasticamente a partir do 3º trimestre de 2021, que as contribuições do Sanesaúde foram reajustadas em junho de 2021 em 6,35%, e que mantidas as condições atuais, deverá refletir em equilíbrio entre as receitas e despesas para os próximos 12 meses. As reservas técnicas indicam que o plano está em equilíbrio, apresentando saldo 60% superior ao montante exigido pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar. Espera-se que durante 2021, com arrefecimento da pandemia no Estado do Paraná e o conseqüente relaxamento das medidas restritivas, verifique-se o aumento de demanda de procedimentos eletivos, fato que poderá consumir parte do resultado positivo gerado no Exercício de 2020, porém sem comprometer o equilíbrio econômico do plano. Considerando que a Fundação Sanepar monitora diariamente o cenário com base no censo de internações, com vistas à tomada de medidas necessárias para a gestão do Plano, bem como avalia os impactos da pandemia e acompanha atentamente as medidas e recomendações dos órgãos reguladores ligados à Saúde Suplementar, não estimamos qualquer alteração nos valores provisionados neste trimestre.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN tem as seguintes características principais: contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e acidente). Até o 3º trimestre de 2021 a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$23.010 (R\$24.285 no mesmo período de 2020) como contribuição à FUSAN.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas pelo atuário responsável pelo plano previdenciário.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos empregados da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 63,1% pela patrocinadora e 36,9% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, até o 3º trimestre de 2021, o montante de R\$58.572 (R\$55.183 no mesmo período de 2020).

Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação 695/12 da CVM, foi contratada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda., que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas, na referida data base.

Notas Explicativas

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	30/09/2021	31/12/2020
Circulante	36.075	44.959	81.034	78.090
Não Circulante	505.052	629.417	1.134.469	1.093.262
Totais	541.127	674.376	1.215.503	1.171.352

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2021:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2021
Custo do Serviço Corrente	9.916	4.706	14.622
Custo dos Juros	109.018	47.389	156.407
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(71.915)	-	(71.915)
Contribuições da Patrocinadora/Participantes	(14.468)	(25.779)	(40.247)
Totais	32.551	26.316	58.867

O montante de R\$58.867 foi estimado atuarialmente como variação esperada dos planos para o exercício de 2021, o qual está sendo registrado contabilmente pela Companhia em bases mensais, tendo sido apropriado até o 3º trimestre de 2021 o montante de R\$44.151 (R\$50.121 no mesmo período de 2020). No final do exercício de 2021 será realizada uma nova revisão atuarial que determinará os ajustes contábeis necessários nos planos. Caso ocorram variações anormais nas regras do plano de aposentadoria e de assistência médica no decorrer do exercício, ou mesmo em sua base de participantes, a Companhia poderá realizar revisões atuariais intermediárias, o que não ocorreu até o encerramento deste trimestre.

19. PARTES RELACIONADAS

O Estado do Paraná possui em 30 de setembro de 2021 créditos referentes a Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$28.367 (R\$28.301 no mesmo período de 2020). A Companhia também forneceu água e serviços de esgoto ao Estado do Paraná cuja receita foi de R\$80.655 e R\$82.209 até o 3º trimestre de 2021 e 2020, respectivamente.

A Companhia fornece água e serviços de esgoto sanitário a diversos municípios, com as quais mantêm contratos de concessões e contratos de programas, cuja receita, com esses órgãos municipais, até o 3º trimestre de 2021, foi de R\$66.697 (R\$67.691 no mesmo período de 2020). A Companhia também atua na gestão de resíduos sólidos urbanos com alguns municípios do Estado do Paraná, cuja receita foi de R\$8.823 (R\$8.916 no mesmo período de 2020). Adicionalmente a Companhia tem contas a receber com estes municípios no montante de R\$35.296 até o 3º trimestre de 2021 (R\$36.811 em 31/12/2020), demonstrado na Nota Explicativa 6a.

A Companhia transaciona com a CS Bioenergia S.A., sendo que até o 3º trimestre de 2021, obteve receitas provenientes de tratamento de efluentes de esgoto no montante de R\$95 (R\$119 no mesmo período de 2020) e aluguel de imóvel no montante de R\$245 (R\$235 no mesmo período de 2020), além de gastos reembolsáveis de energia elétrica no montante de R\$396 (R\$344 no mesmo período de 2020) e também despesas referente a: (i) remoção de lodo da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Belém no montante de R\$8.501 (R\$9.188 no mesmo período de 2020) e (ii) locação de usina minigeradora de energia elétrica a partir de biogás no montante de R\$994 (R\$587 no mesmo período de 2020). Adicionalmente, em 30 de setembro de 2021, a Companhia tem contas a receber da CS Bioenergia S.A. na seguinte composição:

Notas Explicativas

i) montante de R\$505 (sendo R\$260 de energia elétrica e R\$245 de despesas com locação de imóvel);

ii) parcelamento de débitos provenientes do tratamento de efluentes de esgoto do período de setembro de 2018 a fevereiro de 2020 no montante total de R\$1.187, em 150 parcelas.

A Companhia também realiza operações com as Fundações Sanepar (Plano de Saúde e Plano de Previdência), sendo que até o 3º trimestre de 2021 obteve receitas pelo fornecimento de água e serviços de esgoto no montante de R\$7 (R\$12 no mesmo período de 2020), gastos provenientes de aluguel de imóvel no montante de R\$423 (R\$427 no mesmo período de 2020) e de contribuições patronais aos planos de benefícios aos empregados no montante de R\$81.582 (R\$79.468 no mesmo período de 2020), conforme descrito na Nota Explicativa 18.

Todas as operações com partes relacionadas foram praticadas pela Administração da Sanepar nas mesmas condições de mercado conforme praticadas com seus demais clientes, exceto para alguns municípios que possuem descontos nas faturas de fornecimento de água e esgotamento sanitário, dependendo do consumo máximo estabelecido em cada contrato especial com o poder público, para obtenção do benefício.

Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2021 foi aprovada pela 57ª/2021 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 22 de abril de 2021, no montante global de R\$15.046. Para o exercício de 2020 a aprovação se deu pela 56ª/2020 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 23 de abril de 2020, no montante de R\$15.036.

A seguir demonstramos os pagamentos efetuados aos administradores:

Descrição	30/09/2021	30/09/2020
Remuneração	7.390	7.165
Encargos e Benefícios	2.588	2.038
Encargos Sociais	2.385	1.907
Plano de Saúde (Sanesaúde)	56	48
Plano de Previdência (Fusanprev)	88	82
Programas Complementares	59	1
Totais	9.978	9.203

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2021	31/12/2020
Contratos e Convênios com Terceiros	19.037	13.073
Convênios com Municípios	17.870	18.177
Cauções e Valores a Reembolsar	18.443	9.146
Parcelamento IBAMA (1)	38.213	61.124
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	5.903	5.396
Outras Contas a Pagar	1.698	-
Totais	101.164	106.916
Circulante	93.283	77.299
Não Circulante	7.881	29.617

(1) Saldo de R\$23.627 referente a parcelamento de débitos relativo a 31 Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA, em conformidade com o Programa de Regularização de Débitos Não Tributários – PRD instituído pela Lei nº 13.494/2017. Parcelamentos de diversos Autos de Infrações Ambientais junto ao IBAMA no montante de R\$14.586.

Notas Explicativas

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado, é composto de 1.511.205.519 ações, sem valor nominal, sendo 503.735.259 ações ordinárias e 1.007.470.260 ações preferenciais. Além das ações ordinárias e preferenciais, a Companhia negocia Certificados de Depósitos de Ações (“Units”), sendo cada “Unit” formada por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade; e (iii) direito de recebimento de remuneração, pelo menos 10% superior ao valor que for atribuído a cada ação ordinária.

O valor patrimonial de cada ação em 30 de setembro de 2021, já considerando a provisão dos dividendos adicionais proposta pela Administração, é de R\$5,01 (R\$4,59 em 31 de dezembro de 2020).

O Capital Social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2021 é de R\$4.000.000, que líquido do custo de emissão de ações é de R\$3.996.137, e sua composição acionária, é a seguinte:

Acionistas	Número de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	302.654.101	60,1	3	-	302.654.104	20,0
Municípios	-	-	5.572.220	0,6	5.572.220	0,4
Investidores Estrangeiros	40.256.144	8,0	235.908.820	23,4	276.164.964	18,3
Demais Investidores	160.825.014	31,9	765.989.217	76,0	926.814.231	61,3
Totais	503.735.259	100,0	1.007.470.260	100,0	1.511.205.519	100,0

b) Reserva de Reavaliação

Foi realizado até este trimestre de 2021, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$3.901 (R\$3.939 no mesmo período de 2020), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

Descrição	30/09/2021	30/09/2020
Saldos no início do período	64.292	69.559
Realização da Reserva de Reavaliação	(5.911)	(5.968)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	2.010	2.029
Saldos no final do período	60.391	65.620

Notas Explicativas

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Durante este trimestre foi transferido para Lucros Acumulados, o montante de R\$154 (R\$222 no mesmo período de 2020), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

Descrição	30/09/2021	30/09/2020
Saldos no início do período	4.668	5.196
Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	(233)	(336)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	79	114
Saldos no final do período	4.514	4.974

d) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. O limite para constituição dessa reserva é o valor do capital social integralizado. Os recursos destinados à reserva para investimentos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

e) Reserva Legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, deduzido do valor destinado para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

f) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais.

g) Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa 18) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido. Também são efetuados ajustes referentes as Realizações da Reserva de Reavaliação e do Ajuste ao Custo Atribuído.

Notas Explicativas

h) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Em 22 de abril de 2021, a Assembleia de Acionistas aprovou o pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio, creditados aos acionistas no exercício de 2020, no montante bruto de R\$296.428, que líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte representou R\$267.768.

i) Resultado por Ação

O valor da remuneração aos acionistas, por ação, foi o seguinte:

	2020	2019
Ações Ordinárias	0,18389	0,61493
Ações Preferenciais	0,20228	0,67642
Valor para 1 "Unit"	0,99303	3,32060

No exercício de 2020 houve o *Split* das ações da Companhia.

Em junho de 2021, a Administração da Companhia propôs e o Conselho de Administração aprovou, de acordo com a 6ª/2021 Reunião Ordinária do Conselho de Administração de 24 de junho de 2021, o crédito de Juros sobre o Capital Próprio observando o limite legal da variação da TJLP no período, com base nos resultados apurados no 1º semestre de 2021. O valor bruto dos Juros sobre o Capital Próprio, calculados para o 1º semestre de 2021, foi de R\$151.084, sendo retido o valor de R\$16.231 a título de Imposto de Renda Retido na Fonte. Esse crédito gerou uma economia tributária de R\$51.368.

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	30/09/2021	30/09/2020
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	264.265	220.310
Ações preferências	581.383	484.681
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	503.735.259	503.735.259
Média ponderada de número de ações preferências	1.007.470.260	1.007.470.260
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	0,52461	0,43735
Por ação preferencial	0,57707	0,48109

Notas Explicativas**22. RECEITAS OPERACIONAIS**

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020
Receitas				
Receitas de Água	866.948	758.553	2.506.900	2.316.427
Receitas de Esgoto	508.505	449.424	1.466.275	1.380.210
Receitas de Serviços	28.760	30.217	82.929	88.762
Receitas de Resíduos Sólidos	2.790	2.817	8.823	8.916
Serviços Prestados a Prefeituras	5.342	5.195	15.662	15.137
Doações efetuadas por Clientes	6.866	4.941	25.181	15.681
Outras Receitas	1.441	2.779	3.939	5.484
Totais das Receitas Operacionais	1.420.652	1.253.926	4.109.709	3.830.617
Deduções das Receitas Operacionais				
COFINS	(81.618)	(71.689)	(237.118)	(220.042)
PASEP	(17.674)	(15.546)	(51.366)	(47.709)
Totais das Deduções	(99.292)	(87.235)	(288.484)	(267.751)
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	1.321.360	1.166.691	3.821.225	3.562.866

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados às concessões no montante de R\$72.999 (R\$49.928 no mesmo período de 2020), até o 3º trimestre de 2021, ou seja, com margem nula. A receita está apresentada líquida dos custos de construção.

23. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/07/2021 a 30/09/2021			01/07/2020 a 30/09/2020		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	(68.697)	(33.735)	(102.432)	(94.718)	(42.423)	(137.141)
Materiais	(22.577)	(19.883)	(42.460)	(22.122)	(18.360)	(40.482)
Energia Elétrica	(126.000)	(16.635)	(142.635)	(92.245)	(11.917)	(104.162)
Serviços de Terceiros	(61.272)	(45.192)	(106.464)	(59.793)	(51.524)	(111.317)
Depreciações e Amortizações	(42.400)	(40.550)	(82.950)	(37.686)	(36.945)	(74.631)
Indenizações por Danos a Terceiros	(395)	(290)	(685)	(740)	(211)	(951)
Outros Custos	(27.830)	(12.024)	(39.854)	(24.228)	(10.756)	(34.984)
Totais	(349.171)	(168.309)	(517.480)	(331.532)	(172.136)	(503.668)

Descrição	01/01/2021 a 30/09/2021			01/01/2020 a 30/09/2020		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	(210.125)	(102.086)	(312.211)	(236.697)	(101.744)	(338.441)
Materiais	(74.278)	(53.992)	(128.270)	(68.863)	(56.446)	(125.309)
Energia Elétrica	(338.569)	(45.020)	(383.589)	(301.876)	(37.435)	(339.311)
Serviços de Terceiros	(180.583)	(129.330)	(309.913)	(172.181)	(141.197)	(313.378)
Depreciações e Amortizações	(123.523)	(118.926)	(242.449)	(110.665)	(108.080)	(218.745)
Indenizações por Danos a Terceiros	(1.914)	(1.263)	(3.177)	(4.504)	(3.378)	(7.882)
Outros Custos	(82.406)	(35.620)	(118.026)	(70.925)	(30.901)	(101.826)
Totais	(1.011.398)	(486.237)	(1.497.635)	(965.711)	(479.181)	(1.444.892)

Notas Explicativas

24. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020
Comerciais				
Pessoal	(29.113)	(48.710)	(88.461)	(116.518)
Materiais	(735)	(729)	(2.026)	(2.666)
Serviços de Terceiros	(30.488)	(27.232)	(86.448)	(84.013)
Depreciações e Amortizações	(2.219)	(2.935)	(7.221)	(8.936)
Perdas na Realização de Créditos	(31.378)	(29.471)	(74.721)	(56.127)
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	(17.198)	(14.345)	(49.718)	(49.309)
Indenizações por Danos a Terceiros	(242)	(347)	(664)	(998)
Programa Sanepar Rural	(1.447)	(762)	(2.700)	(2.294)
Outras Despesas	(224)	(160)	(1.123)	(905)
Totais das Despesas Comerciais	(113.044)	(124.691)	(313.082)	(321.766)
Administrativas				
Pessoal	(136.537)	(210.983)	(402.811)	(498.413)
Materiais	(11.441)	(9.073)	(32.386)	(29.983)
Serviços de Terceiros	(32.583)	(25.423)	(95.755)	(86.423)
Depreciações e Amortizações	(15.655)	(13.973)	(43.152)	(40.189)
Ajuste Valor Realizável Líquido do Estoque	7	(331)	2.081	(2.262)
Taxa de Regulação	(6.451)	(6.343)	(19.348)	(19.027)
Despesas com Viagens	(1.010)	(704)	(2.790)	(2.472)
Programas Sociais e Ambientais	(565)	(540)	(3.299)	(5.506)
Indenizações por Danos a Terceiros	(1.262)	(797)	(2.944)	(1.526)
Outras Despesas	(3.976)	(3.121)	(11.719)	(10.847)
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (1)	36.778	32.434	102.869	92.583
Despesas Capitalizadas (2)	21.803	20.856	74.004	60.643
Totais das Despesas Administrativas	(150.892)	(217.998)	(435.250)	(543.422)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais				
Despesas				
Perdas Eventuais (3)	(4.039)	(14)	(4.047)	(37.169)
Multas Ambientais	10	-	(101)	(30)
Baixas de Ativos	(2.103)	1.820	(3.836)	3.185
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	(2)	(152)	(317)	(373)
Totais das Outras (Despesas) Receitas Operacionais	(6.134)	1.654	(8.301)	(34.387)

(1) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;

(2) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Gerências da Companhia;

(3) No 3º Trimestre de 2020 foi registrado o valor de R\$37.137 referente a quitação de ação judicial do consórcio DM/LFM/SEF, relativo a reequilíbrio econômico-financeiro do CA 05.1/2000. No 3º Trimestre de 2021 em virtude da consolidação dos achados preliminares referentes a investigação da Operação Ductos, a Companhia reverteu R\$3.102 do Ativo Intangível referente a obras de ampliação de redes de água e esgoto e R\$1.066 referente a gastos com manutenções de redes (material e serviços) de água e esgoto e registrou o valor de R\$4.168 como Perdas Eventuais.

25. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia provisionou o montante de R\$59.618 (R\$38.365 no mesmo período de 2020), referente a provisão a título de Participação nos Resultados até o 3º trimestre de 2021, o qual encontra-se registrado na conta de Salários e Encargos Sociais, no passivo circulante.

Notas Explicativas

26. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020
Receitas Financeiras				
Aplicações Financeiras	13.781	5.087	29.228	17.811
Variações Monetárias Ativas	6.260	1.974	19.493	7.495
Variações Cambiais Ativas	13	2	1.369	2
Ganho com Instrumentos Derivativos Financeiros	603	496	1.094	1.439
Outras Receitas Financeiras	4.902	6.085	15.035	17.543
Totais das Receitas Financeiras	25.559	13.644	66.219	44.290
Despesas Financeiras				
Juros e Taxas de Financiamentos, Empréstimos, Debêntures e Arrendamentos	(93.549)	(62.403)	(210.666)	(165.564)
Variações Monetárias Passivas (1)	(24.118)	(7.643)	(59.974)	(6.393)
Variações Cambiais Passivas	(685)	(499)	(1.185)	(1.474)
Perda com Instrumentos Derivativos Financeiros	(45)	(7)	(1.486)	(7)
Outras Despesas Financeiras (2)	(422)	(514)	(1.487)	(12.801)
Totais das Despesas Financeiras	(118.819)	(71.066)	(274.798)	(186.239)
Resultado Financeiro	(93.260)	(57.422)	(208.579)	(141.949)

(1) Aumento da base de cálculo das variações monetárias, em função da captação de debêntures (10^a e 11^a emissões), Cédula de Crédito Bancário, reajuste do contrato de arrendamento litoral e da variação do IPCA;

(2) R\$11.057 (2020) refere-se à alteração do prazo da vida útil dos itens Reatores Anaeróbios de Lodo Fluetizado e Reatores Anaeróbios de Fluxo Ascendente de Alta Eficiência de 60 para 40 anos, refletindo na contabilização do Ajuste a Valor Presente dos ativos financeiros contratuais.

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi considerado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio.

Notas Explicativas

A Companhia avalia a *performance* por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

Descrição	01/01/2021 a 30/09/2021			01/01/2020 a 30/09/2020		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	2.566.634	1.498.293	4.064.927	2.382.095	1.412.220	3.794.315
Outras Receitas Operacionais	25.450	19.332	44.782	20.685	15.617	36.302
Total da Receita Operacional Bruta	2.592.084	1.517.625	4.109.709	2.402.780	1.427.837	3.830.617
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(163.937)	(124.547)	(288.484)	(152.572)	(115.179)	(267.751)
Receita Operacional Líquida	2.428.147	1.393.078	3.821.225	2.250.208	1.312.658	3.562.866
Custo	(1.011.398)	(486.237)	(1.497.635)	(965.711)	(479.181)	(1.444.892)
Lucro Bruto	1.416.749	906.841	2.323.590	1.284.497	833.477	2.117.974
Despesas Comerciais	(177.930)	(135.152)	(313.082)	(183.346)	(138.420)	(321.766)
Despesas Administrativas	(247.360)	(187.890)	(435.250)	(309.649)	(233.773)	(543.422)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(4.718)	(3.583)	(8.301)	(19.594)	(14.793)	(34.387)
Resultado Equivalência Patrimonial	-	(2.338)	(2.338)	-	(2.001)	(2.001)
Resultado Financeiro	(100.370)	(108.209)	(208.579)	(63.275)	(78.674)	(141.949)
Programa de Participação nos Resultados	(33.882)	(25.736)	(59.618)	(24.243)	(18.302)	(42.545)
Provisões	(32.385)	(24.536)	(56.921)	(3.632)	(2.741)	(6.373)
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(25.090)	(19.061)	(44.151)	(28.559)	(21.562)	(50.121)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	795.014	400.336	1.195.350	652.199	323.211	975.410
Imposto de Renda e Contribuição Social	(232.583)	(117.119)	(349.702)	(180.813)	(89.606)	(270.419)
Lucro Líquido do Período	562.431	283.217	845.648	471.386	233.605	704.991
Margem Operacional - Não auditado/Revisado	32,7%	28,7%	31,3%	29,0%	24,6%	27,4%
Margem Líquida - Não auditado/Revisado	23,2%	20,3%	22,1%	20,9%	17,8%	19,8%
Investimentos no Imobilizado/Intangível no Período (1)	489.162	429.170	918.332	361.146	344.260	705.406
Participação Societária - CS Bioenergia	-	1.046	1.046	-	250	250
Endividamento - Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento	1.791.826	2.267.206	4.059.032	1.510.732	2.153.656	3.664.388
Ativo de Contrato, Imobilizado e Intangível, Líquidos	4.756.253	5.676.440	10.432.693	4.338.592	5.351.241	9.689.833
Depreciações e Amortizações do Período	(152.150)	(140.672)	(292.822)	(138.660)	(129.210)	(267.870)
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (2)	885.840	450.814	1.336.654	665.742	363.556	1.029.298
Total do Ativo	6.530.912	7.794.441	14.325.353	5.874.087	7.245.128	13.119.215
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	3.068.618	3.679.091	6.747.709	2.979.029	3.485.900	6.464.929
Quantidade de Ligações - Não Auditado/Revisado (3)	3.330.398	2.361.454	-	3.247.872	2.278.458	-
Volume Milhares de m³ Faturados - Não Auditado/Revisado (4)	388.337	294.973	-	392.938	296.818	-

(1) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;

(2) Apresentadas pelo valor bruto;

(3) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;

(4) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

28. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a MAPFRE Seguros Gerais S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$1.716.442, com vigência abrangendo o período de 13/03/2021 a 13/03/2022, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Ativo	Importância Segurada
Edifícios	845.173
Máquinas, Equipamentos e Veículos	786.266
Estoque	85.003
Totais	1.716.442

Notas Explicativas

Adicionalmente a Companhia possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 30 de setembro de 2021 a Companhia ofereceu garantias através do Seguro Garantia em 261 processos judiciais no montante de R\$221.088 com a Pottencial Seguradora S/A, com vencimento em 07/06/2022.

A Companhia também firmou/renovou o contrato com a Starr International Brasil Seguradora S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil de diretores e administradores da Sanepar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de garantia R\$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 09/09/2022.

29. OPERAÇÕES “ÁGUAS CLARAS” E “DUCTOS” E SEUS REFLEXOS NA COMPANHIA

Operação “Águas Claras”:

A “Operação Águas Claras”, que é desdobramento da “Operação Pecúlio” ocorrida em 2016, investiga supostas fraudes em licitações de obras de esgoto com o favorecimento de uma empresa cujos representantes teriam supostamente pago vantagens indevidas a um funcionário aposentado da Companhia, assim como supostos pagamentos de propina pela mesma empresa dissimulados como investimento em publicidade e patrocínio. As supostas condutas ilícitas teriam sido praticadas entre 2011 e 2016 e envolveriam alguns funcionários da Companhia.

Desde dezembro de 2020, a Comissão Externa de Investigação (“CEI”), bem como o escritório de advocacia Tauil & Chequer Advogados, associado a Mayer Brown e a consultoria Ernst & Young – EY (conjuntamente “Equipe de Investigação”) estão conduzindo uma investigação forense independente para apuração, sob coordenação da CEI, das alegações relacionadas à “Operação Águas Claras”.

Operação “Ductos”:

Em 20 de julho de 2020, a Companhia publicou Comunicado ao Mercado sobre a “Operação Ductos”, relacionada a investigação que apura condutas envolvendo pessoas ligadas à Companhia. As investigações, iniciadas há cerca de dois anos pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), apuram principalmente fraudes em licitações e o faturamento por serviços não executados integralmente ou por serviços superfaturados, com uso de medições falsas ou não fiscalizadas por empregados da Sanepar. Na mesma data, o Conselho de Administração iniciou as medidas internas para que as alegações da “Operação Ductos” fossem incluídas no escopo da investigação forense independente conduzida pela Equipe de Investigação. A Administração da Companhia afastou, cautelarmente, todos os empregados envolvidos na referida operação, sendo que na 9ª/2020 Reunião Ordinária do Conselho de Administração, de 24 de setembro de 2020, o Conselho foi informado pela Diretoria Executiva que os empregados afastados retornaram para as funções de origem para as quais haviam prestado concurso público; não existindo, atualmente, por parte de tais empregados qualquer poder de influência ou decisão. Importante afirmar que todos os empregados mencionados na referida “Operação Ductos” estão respondendo a processos disciplinares individuais perante o Comitê de Conduta da Sanepar, sendo adotadas as medidas legais cabíveis para cada caso.

Ainda em sua 9ª/2020 Reunião Ordinária referida acima, o Conselho deliberou pela constituição de uma força-tarefa incumbida de conduzir uma apuração preliminar das alegações e acompanhar os desdobramentos da “Operação Ductos” e, em dezembro de 2020, a Equipe de Investigação foi contratada para conduzir a investigação forense independente sobre as alegações relacionadas à

Notas Explicativas

“Operação Ductos”, sob coordenação da CEI (a mesma da operação acima). As atividades da força-tarefa e da Equipe de Investigação estão sendo conduzidas de forma paralela, com escopos e prazos distintos, mas com interações entre as duas equipes.

Em 22 de julho de 2021, na 7ª/2021 Reunião Ordinária, o Conselho de Administração tomou conhecimento pela CEI e Equipe de Investigação, de achados preliminares considerados relevantes, que carecem de procedimentos adicionais para confirmação dos fatos e mensuração dos seus efeitos, conforme aplicável, e na mesma reunião ordinária deliberou por: (I) designar a Auditoria Interna, em conjunto com a Diretoria Adjunta de Governança, Riscos e Compliance com o objetivo de realizar trabalho interno visando: (a) consolidar os referidos achados preliminares da Equipe de Investigação com os resultados dos trabalhos até então executados, e futuro encaminhamento às autoridades competentes; (b) analisar se o aprimoramento dos controles internos realizados pela Companhia são efetivos e suficientes frente aos achados; e (c) com o apoio da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores (“DFRI”), mensurar os possíveis ajustes nas demonstrações contábeis, conforme aplicável, considerando que procedimentos adicionais precisam ser feitos visando suportar qualquer tipo de mensuração.

Em 23 de julho de 2021, o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ponta Grossa/PR recebeu denúncia do Ministério Público do Paraná, datada de 22 de junho de 2021, em face de determinados empregados da Sanepar e empresas envolvidas na “Operação Ductos”. Alguns empregados citados na denúncia continuam como colaboradores na Companhia, mesmo porque é preciso observar o rito previsto na legislação trabalhista, sendo certo que a Administração da Sanepar está atuando para implementação das providências cabíveis com relação ao assunto, conforme mencionado anteriormente.

Em função da denúncia do Ministério Público, que menciona atos ilícitos relacionados ao Sistema de Gestão de Manutenção referente ao período de 2015 a 2018 e Materiais referente ao período de 2010 a 2019, no valor de R\$ 5.949, a Companhia registrou provisão do referido montante nas rubricas “Provisão para Contingências – Resultado” e “Provisões – Passivo Não Circulante”, a qual será atualizada em função dos procedimentos adicionais deliberados na 7ª/2021 Reunião Ordinária conforme citado no parágrafo anterior.

Considerando a deliberação dessa reunião, no 3º trimestre de 2021, concluiu-se a análise daqueles achados da Equipe de Investigação, resultando em R\$4.168 (R\$3.595 líquido de impostos), registrando-se a débito no resultado, na rubrica de “Perdas”, em contrapartida na rubrica “Ativo Intangível – Ampliação de Redes de Água e Esgoto” R\$3.102 e, no resultado, na rubrica de “Gastos com Manutenção de Redes” R\$1.066. Portanto, a Provisão de R\$5.949, registrada nas informações contábeis intermediárias referentes ao 2º trimestre de 2021, foi suficiente para a baixa desses valores, sendo revertida e efetuados os registros nas respectivas rubricas contábeis.

Em 23 de setembro de 2021, na 9ª/2021 Reunião Ordinária, o Conselho de Administração tomou conhecimento, pela CEI, de novos achados considerados relevantes e aprovou as sugestões apresentadas pelo Comitê de Auditoria e, após diligências, em 21 de outubro de 2021, na 10ª/2021 Reunião Ordinária, o Conselho de Administração deliberou a (i) criação de um grupo de trabalho especial para, no prazo de 50 dias, mensurar possíveis ajustes adicionais nas demonstrações contábeis da Companhia e (ii) antecipação do plano de trabalho da Auditoria Interna para que no último bimestre de 2021, sejam realizados testes dos controles internos aprimorados, conforme citado acima.

Notas Explicativas

Andamento das Atividades:

Os trabalhos de investigação forense independente para apuração das alegações relacionadas às Operações Águas Claras e Ductos, conforme descrito acima, encontram-se em andamento e seguem sendo acompanhados diretamente pela CEI, pelo Conselho de Administração, assim como pelo auditor independente da Companhia. Até a data da publicação destas informações contábeis intermediárias, os trabalhos estão dentro do cronograma previsto.

A Administração da Sanepar está tomando as medidas necessárias perante o Juízo e autoridades locais e seguirá aplicando seus melhores esforços para apoiar os trabalhos da investigação interna independente conduzida pela Equipe de Investigação e CEI no que diz respeito às operações mencionadas acima, bem como comunicará o mercado sobre quaisquer outras informações relevantes acerca do assunto.

30. IMPACTOS DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Desde o início da pandemia da Covid-19, em 11 de março de 2020, uma série de medidas têm sido implementadas para reduzir o avanço descontrolado do contágio da doença e evitar o colapso no sistema de saúde em todo o país. A experiência mundial mostrou que as ferramentas mais eficientes são o isolamento social, o uso de máscaras, a higienização das mãos e, principalmente, a vacinação em massa. No Paraná, no final de setembro de 2021, 96,52% da população adulta do estado, já havia recebido ao menos uma dose ou a dose única do imunizante contra a Covid-19. O avanço da imunização, que foi acompanhado da redução dos indicadores de mortes, casos e internações em decorrência do vírus, permitiram a flexibilização do isolamento social e a liberação gradual das atividades econômicas, que ainda permanecem parcialmente restringidas.

Dentro deste contexto, a Sanepar, que presta serviços de Saneamento Básico, considerado como serviço essencial, tem implantado ações para viabilizar a continuidade e qualidade de suas operações e, ao mesmo tempo, preservar a integridade e saúde dos seus colaboradores. Além disso, a Companhia tem atuado com o objetivo de mitigar os impactos econômicos da pandemia aos seus clientes, reafirmando o compromisso em contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população atendida nos municípios em que atua.

A Sanepar entende não haver riscos na continuidade de sua operação, contudo, apresenta a seguir a análise de mensuração dos impactos econômico-financeiros decorrentes do coronavírus:

- Receitas, custos, contas a receber e fluxos de caixa: Por se tratar de serviços essenciais, as receitas do setor de saneamento foram menos impactadas pelos efeitos da pandemia, em relação aos outros segmentos. Contudo, o fluxo de caixa operacional foi afetado pelo aumento da inadimplência e prorrogação temporária do vencimento das contas de água e esgoto, para consumidores de baixa renda. Com objetivo de mitigar os efeitos econômicos ocasionados pela pandemia e, dando continuidade as ações implementadas pelos Fatos Relevantes publicados em 2020 e primeiro semestre de 2021, a Companhia publicou novo Fato Relevante, em 13 de setembro de 2021, informando sobre a prorrogação do adiamento da cobrança das contas de água e esgoto, para os clientes cadastrados na Tarifa Social. A medida é válida pelo período de 90 dias, a partir de 16 de setembro de 2021. No terceiro trimestre de 2021, o faturamento médio mensal da Tarifa Social foi de R\$3,7 milhões, e foram atendidas em média 210 mil economias de água e 146 mil de esgoto. Além disso, permanece em vigor a lei estadual nº 20.187/2020, que restringe o corte do fornecimento de serviços, para determinadas categorias de consumidores, durante situações de emergência, como a pandemia da Covid-19.

Notas Explicativas

- Após o início do período de quarentena, a partir do dia 19 de março de 2020, a Companhia vem analisando a arrecadação e a inadimplência e, considerando a melhor estimativa para o momento, constituiu provisão para perdas esperadas de contas a receber no montante de R\$18,6 milhões.
- Sob o aspecto de custos, principalmente os relacionados as aquisições de produtos químicos importados, dado as taxas de câmbio atuais, a Companhia não espera aumento relevante dos custos, uma vez que determinados produtos tendem a ter o custo reduzido pela diminuição da demanda, ou alterações de produtos, compensando assim eventuais variações desfavoráveis da taxa de câmbio.
- Empréstimos e Financiamentos: A Companhia possui contratos de Financiamentos, com a CAIXA, Sistema BNDES e KfW, além de emissões de debêntures públicas e privadas. Não houve repactuações das taxas de juros referentes a estes contratos e não se espera alterações nas condições já contratadas. Durante o ano de 2021, a Companhia captou o montante de R\$703 milhões, sendo R\$5,7 milhões referentes à 7ª emissão de debêntures, R\$500 milhões referentes à 11ª emissão de debêntures incentivadas, R\$2,1 milhões do contrato KfW, R\$5,5 milhões de recursos BNDES e R\$189,7 milhões de recursos liberados pela CAIXA.
- Arrendamentos: A Companhia possui (i) contrato de locação de ativos com transferência substancial dos riscos e benefícios dos ativos, os quais serão de propriedade da Companhia no final do contrato; (ii) contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis, em que os benefícios dos bens permanecerá com o arrendador. Não houve nenhuma alteração nos termos e condições dos contratos.
- A Administração avaliou os impactos nos benefícios aos empregados e nas obrigações da Companhia. Neste Exercício, apesar das incertezas no cenário da saúde, notadamente com relação as novas variantes da Covid-19, considerando as melhores informações disponíveis, não identificou ajuste a ser realizado no registro das provisões decorrentes dos Planos de Aposentadoria e de Assistência Médica, além daqueles suportados por cálculo atuarial demonstrado na Nota Explicativa nº 18.
- Adicionalmente, a Administração avaliou e concluiu que não há indícios de perda na recuperabilidade de seus Ativos, vinculados às Concessões e Ativos de Direito de Uso, no encerramento do 3º trimestre de 2021, além daqueles demonstrado na Nota Explicativa nº 12.

No que se refere a seus profissionais, a Companhia tem implementado ações para prevenir o contágio no ambiente de trabalho. Um Plano de Contingência foi estabelecido na Sanepar, por meio da Comissão Especial Covid-19, que reúne informações para gerenciamento de riscos e descreve medidas de enfrentamento à pandemia do coronavírus previamente planejadas. Entre as principais ações adotadas citam-se:

- Isolamento domiciliar conforme prescrição médica para empregados com suspeita de infecção ou que tenham tido contato com pessoa sintomática ou infectada;
- Regime de trabalho remoto para os empregados acima de 60 (sessenta) anos, portadores de doenças crônicas, respiratórias, imunocomprometidos, em tratamento de câncer e para gestantes e lactantes;
- Nas atividades administrativas deve ser priorizada a substituição do regime de trabalho presencial para o teletrabalho, quando possível, de modo a reduzir o número de pessoas nas dependências da companhia, e ao mesmo tempo, evitar aglomerações no sistema de transporte e vias públicas;

Notas Explicativas

- Restrições de viagens e substituição de reuniões presenciais por vídeoconferência.

Da mesma forma, a Sanepar tem implementado ações para preservar a saúde dos seus clientes e para amenizar os efeitos econômicos causados pela pandemia.

- O atendimento nas centrais de relacionamento segue os critérios e definições de restrição determinadas pelas autoridades locais dos municípios onde a Sanepar atua;
- A Companhia prorrogou o Programa de Recuperação de Crédito Cliente Particular (RECLIP) até 30/11/2021. O programa prevê o parcelamento das dívidas dos clientes privados e permite que sejam incluídas na negociação as dívidas até o mês de junho de 2021. O programa traz uma série de benefícios, como a dispensa do valor de entrada, a retirada da multa de 2% e a redução da taxa de juros do parcelamento que caiu de 0,46% para 0,1% ao mês. Não há exigência de parcela mínima. Independentemente do valor do débito, da categoria do cliente (residencial, comercial ou industrial), da sua faixa de consumo e do valor final da parcela após a negociação, a dívida poderá ser paga em até 60 meses.

A Companhia continuará avaliando diariamente os impactos que a COVID-19 poderá trazer aos seus negócios.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 08 de outubro de 2021, a Companhia publicou Comunicado ao Mercado sobre a autorização pelo Conselho de Administração, na 12ª Reunião Extraordinária, o início da estruturação da operação de Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, incentivadas no âmbito da Lei nº 12.431/2011, condicionadas à emissão das portarias pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e parte não incentivadas, no montante total de até R\$ 600 milhões.

Em 22 de outubro de 2021, a Companhia publicou Fato Relevante relativo aos resultados dos estudos elaborados por consultorias especializadas, visando identificar os possíveis impactos econômico-financeiros globais nos contratos de concessão/programa atualmente executados pela Sanepar decorrentes da inserção das metas previstas no Artigo 11-B da nova redação da Lei Federal nº 11.445/2007.

Os estudos indicam a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão/programa da Companhia, tendo em vista os impactos trazidos nas referidas metas do Artigo citado, que estabelece a universalização de 99% com abastecimento de água potável e de 90% com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, assim como metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento. O estudo estima aproximadamente R\$ 16,4 bilhões em investimentos para universalização até o ano de 2033.

Os referidos estudos, que indicam a extensão de prazo como forma de reequilíbrio contratual, bem como proposta de minutas de termos de atualizações contratuais e seus anexos, a serem celebrados com as Microrregiões, nos termos da legislação, será protocolado pela Companhia junto às Microrregiões Centro-Litoral, Centro-Leste e Oeste, a fim de obter a anuência do Poder Concedente nos aditivos, para viabilizar a posterior realização do estudo de capacidade econômica e financeira e plano de captação de recursos para fazer frente as metas de universalização que se pretende pactuar.

Notas Explicativas

Em 05 de novembro de 2021, o Governo do Estado do Paraná publicou o Decreto nº 9.315, reconhecendo a continuidade da situação de emergência hídrica na região metropolitana de Curitiba e nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, considerando o uso prioritário dos recursos hídricos para o consumo humano e dessedentação de animais, tendo em vista a necessidade de ações que ampliem o volume de água armazenado nos reservatórios e de recarga de aquíferos, ainda como reflexo da estiagem que perdura no Paraná há mais de 2 (dois) anos. O referido Decreto autoriza a Companhia a adotar como ação mitigadora rodízio de 24 (vinte e quatro) horas considerado da interrupção até a retomada do abastecimento, com prazo de normalização de até mais 24 (vinte e quatro) horas. Tais limites podem ser extrapolados em situações emergenciais de manutenção ou decorrentes de casos fortuito e força maior, devendo ser comunicadas para a população e órgãos de fiscalização. O decreto vigorará pelo prazo de 90 dias, podendo ser revisto a qualquer momento, a depender da evolução da situação.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Saneamento do Paraná Sanepar (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R3) -Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 -Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais -ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 -Revisão de informações contábeis intermediárias executada pelo auditor da Entidade e “ISRE 2410 -Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais -ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o NBC TG 21 (R3) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Investigação interna independente em andamento (Operações “Rádio Patrulha”, “Integração”, “Águas Claras” e “Ductos”)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 29 às informações contábeis intermediárias, as investigações internas, que estão sendo acompanhadas pela CEI, foram concluídas em relação às operações “Rádio Patrulha” e “Integração”, para as quais não foram apurados impactos financeiros ou contábeis, e com relação às operações “Águas Claras” e “Ductos” estão em andamento, neste momento, foram identificados achados preliminares considerados relevantes que estão sendo avaliados pela investigação forense independente e, não é possível prever desdobramentos futuros para a Companhia decorrentes dessas investigações, tampouco não há conhecimento sobre desdobramentos pelo lado das autoridades públicas. Nossa conclusão não está sendo ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas informações foram submetidas a procedimentos de revisão

executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas informações intermediárias do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 11 de novembro de 2021.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 PR 006853/F-9

Paulo Sérgio Tufani

Contador CRC 1SP 124504/O-9 – S – PR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras intermediárias da Sanepar relativas ao período findo em 30 de setembro de 2021.

Curitiba, 26 de outubro de 2021.

CLAUDIO STABILE
Diretor-Presidente

ABEL DEMETRIO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SERGIO WIPPEL
Diretor de Operações

LEURA LUCIA CONTE DE OLIVEIRA
Diretora de Investimentos

ELERIAN DO ROCIO ZANETTI
Diretor Comercial

ANDREI DE OLIVEIRA RECH
Diretor Jurídico

PRISCILA MARCHINI BRUNETTA
Diretora Administrativa

JULIO CESAR GONCHOROSKY
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria da BDO RCS Auditores Independentes relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da Sanepar referentes ao período findo em 30 de setembro de 2021.

Curitiba, 11 de novembro de 2021.

CLAUDIO STABILE
Diretor-Presidente

ABEL DEMETRIO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SERGIO WIPPEL
Diretor de Operações

LEURA LUCIA CONTE DE OLIVEIRA
Diretora de Investimentos

ELERIAN DO ROCIO ZANETTI
Diretor Comercial

ANDREI DE OLIVEIRA RECH
Diretor Jurídico

PRISCILA MARCHINI BRUNETTA
Diretora Administrativa

JULIO CESAR GONCHOROSKY
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social